



**A LISBOA DE FERNANDO PESSOA - O OLHAR DO TRADUTOR
(ASPECTOS DO ESCRITOR MULTICULTURAL)**

Fátima Rufina dos Santos
Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa
Orientador: Professor Doutor Carlos Castilho Pais

Universidade Aberta
2014



**A LISBOA DE FERNANDO PESSOA - O OLHAR DO TRADUTOR
(ASPECTOS DO ESCRITOR MULTICULTURAL)**

Fátima Rufina dos Santos
Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas
Orientador: Professor Doutor Carlos Castilho Pais

Universidade Aberta
2014

Agradecimentos

Ao Professor Carlos Castilho Pais que aceitou orientar a minha dissertação e que cordialmente me deixou entregue às minhas dúvidas e angústias com a tranquilidade de saber da sua permanente disponibilidade. À Jessica Sinclair-Loutit que traduziu o texto para inglês.

À família. Ao Gonçalo, que estará sempre na origem de todas as motivações, à Teresa que me impôs mais esta etapa, ao Teófilo que gosta de ajudar.

Dedico este trabalho às mulheres que não aprenderam a ler.

*«... A mulher
Pega na braçada
De erva fresca
Supremo bem
Canta a rola
Numa ramada
Pela estrada
Vai a mulher
Meu senhor*

*Nesta caminhada
Nem m'alembra
Do amanhecer
Há quem viva
Sem dar por nada
Há quem morra
Sem tal saber.» (José Afonso)*

Resumo:

Fernando Pessoa tradutor de profissão, possuidor de uma formação que o dotou de uma cultura assinalável e de uma visão cosmopolita do mundo, olhou para Lisboa, onde nasceu e viveu praticamente toda a sua vida, também com o propósito de a dar a conhecer ao estrangeiro que a visitava, na primeira metade do século XX.

No presente trabalho, que tem por base o guia *Lisbon: What the Tourist Should See*, considera-se como objetivo primeiro a determinação de uma relação de unidade entre a atividade de Fernando Pessoa, enquanto tradutor de profissão, tal como se afirma, e as práticas que desenvolveu em áreas aparentemente tão diferentes daquelas que habitualmente lhe são conferidas.

Na circunstância em análise procuraremos estabelecer uma ligação que nos permita conhecer o que esteve subjacente na escolha feita por Fernando Pessoa, na sua qualidade de tradutor, para a concretização do texto escrito em inglês e que se integrava num projeto mais ambicioso que tinha como fim contrariar a ideia de que Portugal era “a vague small country somewhere in Europe, sometimes supposed to be part of Spain, designado por “All about Portugal”.

A análise centra-se na observação do guia tendo presente as suas incursões nas áreas da organização comercial e da publicidade e enquadrará a motivação para a escrita no contexto de Portugal da primeira metade do século XX. Procuramos encontrar também elementos de comparação entre o *Guia* de Raul Proença, que surgiu sensivelmente no mesmo período em que Pessoa terá redigido o seu texto, e elementos de diferenciação, para além das línguas em que um e outro foram redigidos. Dadas as semelhanças, consideramos que estamos em presença de um texto que segue de muito perto, tal como o *Guia de Portugal* de Raul Proença, o modelo dos guias mais divulgados no momento.

Palavras-Chave: Fernando Pessoa, Tradução, Guia Turístico, Lisboa, Portugal.

Abstract:

Fernando Pessoa was a translator by profession. He was also an extremely well - educated man, with a cosmopolitan outlook on the world. He was born and lived practically his whole life in Lisbon, during the first half of the 20th century, and he liked to help foreign visitors get to know his city better.

In this research based on the Lisbon *Guide: What the Tourist Should See*, our first aim is to establish a connection between Fernando Pessoa's occupation as a translator and other areas of his life, so different from the ones we would normally associate him with.

We will aim to establish a link that will allow us to understand the reason why as a translator, Fernando Pessoa chose to write the essay "All about Portugal" which was part of a more ambitious project aiming to counter the idea that Portugal was 'a vague small country somewhere in Europe, sometimes supposed to be part of Spain'.

The analysis focuses on the guide and its incursions into areas like business and advertising, and will explain Fernando Pessoa's motivation for writing it in the historical context of Portugal in the first half of the 20th century. We also endeavour to compare Fernando Pessoa's guide with Raul Proença's, which was published around the same time. The comparison includes linguistic aspects but goes further, while recognising that both works were written according to the model of popular guides of that period.

Keywords: Fernando Pessoa, Translation, Tourist Guide, Lisbon, Portugal.

Índice

	Introdução -----	2
1.	A tradução -----	4
1.1.	A formação, o caminho para a tradução -----	5
1.2.	A profissão -----	8
1.3.	Projetos de tradução, escolhas pessoais -----	10
1.4.	O modo de fazer, o tempo, o rigor e o dinheiro -----	17
1.5.	Princípios teóricos -----	24
1.6.	O carácter prático da tradução - A tradução usada como meio de divulgação -----	31
2 .	Condições que justificaram o guia Lisbon: What the Tourist Should See -----	40
3.	O aparecimento do turismo em Portugal no início do século xx e as estruturas criadas na República para a promoção de Portugal -	46
4.	Lisboa: O que o Turista deve ver/What the Tourist Should See e o Guia de Portugal – diferenças e semelhanças -----	57
	Conclusão -----	80
	Bibliografia -----	81
	Anexos -----	86

A Lisboa de Fernando Pessoa - O Olhar do Tradutor
(Aspetos do Escritor Multicultural)

Introdução

Este trabalho está dividido em três áreas distintas. A divisão criada justifica-se apenas para obter uma melhor separação dos temas que apesar de tão diferentes completam o todo deste trabalho que tem Fernando Pessoa e o texto para o guia *Lisbon: What the Tourist Should See* por objeto.

Na primeira parte fazemos uma análise de um conjunto de cartas escritas entre 1906 e 1930, onde Fernando Pessoa aborda a questão da tradução nos seus diferentes aspetos. Trata-se sobretudo da tradução enquanto serviço com um objetivo de carácter prático tal como acontece com esta obra de Pessoa.

Usaremos para o trabalho a edição bilingue com recurso à tradução para língua portuguesa de Amélia Gomes.

Enquanto criador de “outros”, interessado por filosofia, ocultismo, teatro, e muitos outros saberes que compõem o conhecimento, Fernando Pessoa foi também o cidadão a quem terá interessado o *marketing*, a divulgação e a promoção de locais que começavam a despertar a curiosidade, dadas as suas peculiares características e qualidades.

No caso de Lisboa, Fernando Pessoa reconhece tratar-se de uma cidade monumental com uma história de séculos a transbordar de grandes feitos, antigos e atuais, contados nos seus monumentos, edifícios e ruas. Uma Lisboa que esconde as misérias e mostra as grandezas, mas que é também cosmopolita e moderna, constitui matéria para um guia turístico concebido para ser lido pelo visitante estrangeiro.

Escrito em inglês por que “para o que queremos ensinar, falaremos inglês”¹, o Guia apresenta-se com uma função didática enquanto objeto de divulgação. Mas um guia turístico escrito em língua inglesa e encimado pelo nome de Fernando Pessoa causa, numa primeira aproximação, alguma surpresa. Não é sem hesitação que se aceita que o criador dos heterónimos tivesse tido para a sua cidade o olhar do homem prático, tão diferente daquele que lhe lançou Bernardo Soares.

Fernando Pessoa, ao conceber este guia, desejaria, sem dúvida, alcançar um leitor a que fosse possível atribuir um perfil concreto: o do leitor atento,

¹Pessoa *Inédito*, (LOPES, 1993, p.43)

curioso e pronto a receber a mensagem, o leitor predisposto a deixar-se seduzir pela imagem de uma Lisboa, aqui entendida como metonímia de um país, capaz de grandes feitos passados que era urgente exaltar e dar a conhecer.

No capítulo 4 observamos que, em determinados aspetos, se comparado com o *Guia de Portugal* de Raul Proença, publicado sensivelmente na mesma altura, a obra de Pessoa contrasta por vezes com essa Lisboa que o *Guia de Portugal* descreve.

Este ponto leva-nos até outra questão subjacente, pois encontramos, para além da diferença entre as línguas em que foram escritos os textos de *Lisbon: What the Tourist Should See* e os textos do *Guia de Portugal*, semelhanças que os aproximam irresistivelmente.

Fernando Pessoa, a quem a vida transformou em tradutor, correspondente comercial interessado nas técnicas comerciais, na publicidade, nos projetos editoriais e que se cruza com o homem múltiplo, criador de heterónimos e de um ideal que incluía um país que se deveria elevar na sua condição face à Europa e ao mundo, terá escrito este texto por um motivo particular que a comparação de alguns textos nos podem levar a concluir que visava um objetivo concreto de não deixar esquecer o quanto de História e monumentalidade Lisboa encerra.

1. A tradução

1.1. A formação, o caminho para a tradução

«Quem era, porém, o jovem Fernando Pessoa? De onde vinha? Onde aprendera a manejar a inteligência de forma tão pouco em harmonia com as tradições nacionais? [...] Fernando António Nogueira Pessoa, que tal era o seu nome completo, embora filho de pai e mãe portugueses, tivera, realmente, uma infância estrangeira, digamos fora inteiramente educado na África do Sul. A sua língua de infância era a língua inglesa. Em inglês fizera os seus primeiros estudos [...]». (SIMÕES, 2010, p.11)

Circunstâncias familiares levam Fernando Pessoa para a África do Sul, onde viverá até aos 17 anos. Será aí que acontecerá o contacto mais efetivo com a língua inglesa.

Gaspar Simões (2010) considera a língua inglesa como a língua de infância de Fernando Pessoa, que compõe as poesias em inglês, as suas leituras são em inglês «Lê muito – lê Milton, lê Byron, lê Shelley, lê Tennyson e Poe» (SIMÕES: 2010, p.13)

Esta unanimidade quanto ao cosmopolitismo e a preparação que a educação inglesa proporcionou a Fernando Pessoa é visível em diversos autores, nomeadamente em Ana Nascimento Piedade:

«Já Pessoa, tendo sido "educado à inglesa e em inglês" adquire uma formação cultural privilegiada que lhe permite posicionar-se com mais genuína desenvoltura cosmopolita, à margem desse orgânico francesismo que sempre terá modelado a cultura lusitana» (PIEIDADE, 2008: p.120)

Será de notar também a intenção de Fernando Pessoa de proceder a alteração na grafia do seu nome na altura em que planeia publicar em inglês, dando notícia disso mesmo a Armando Côrtes-Rodrigues, na carta que lhe envia a 4 de Setembro de 1916: «disso, vou fazer uma grande alteração na minha vida: vou tirar o acento circunflexo do meu apelido. Como (nas circunstâncias adiante indicadas) vou publicar umas coisas em inglês, acho melhor desadaptar-me do inútil ^, que prejudica o nome cosmopolitante.» (ZENITH, 2007, p. 153)

D.H.JENNINGS (1984) dá-nos conta do percurso de Fernando Pessoa em Durban e da perplexidade que pode causar o, de certo modo, abandono de uma bem-sucedida presença na escola inglesa. Faz referência ao espaço temporal

entre abril de 1899 a junho de 1901 como um tempo desgastante para o jovem Fernando Pessoa enquanto aluno da High School. Voltará a frequentar a escola, após o regresso de Portugal em Setembro de 1902, mas só voltará à High School em fevereiro de 1904. Nesses 15 meses, Fernando Pessoa terá frequentado a *Commercial School* de Durban e aponta o facto de Fernando Pessoa querer obter uma competência que lhe permitisse ganhar a vida obtendo um “gagne-pain”. Entendemo-la efetivamente como forma de completar de uma maneira mais prática a formação que a *High School* colocou ao seu alcance e que era direcionada para preparar os alunos para a vida, a supor pela interpretação de JENNINGS (1984) acerca dos homens que foram os professores de Fernando Pessoa. De entre eles destaca o W. H. Nicholas, o reitor que na sua última alocução à escola relembra os seus princípios programáticos considerando entre outros que uma educação baseada nos clássicos, ingleses, franceses, gregos e latinos, prepararam o homem para a batalha da vida. Vemos assim que a formação que Fernando Pessoa adquiriu na África do Sul vai deixá-lo apto a iniciar o que foram, mais tarde em Lisboa, os seus anos de profissão.

Fernando Pessoa regressará a Lisboa para frequentar o Curso Superior de Letras, no entanto, motivos de ordem diversa vão encaminhá-lo definitivamente para a profissão: tradutor, um trabalho sem horário e vagamente remunerado, conforme o olhar que lançarmos para essa questão, mas que lhe possibilita dispor de tempo para os projetos pessoais como a poesia, a edição ou a tradução dos seus autores preferidos.

«Inglês que era pela formação escolar, tenta agora, tornar-se português pela leitura e o convívio com a sua Lisbon Revisited. [...] Principia a ler autores franceses e portugueses. Toma contacto com a poesia de Baudelaire. Recebe a revelação da obra de Cesário Verde, o mais directo representante do Baudelairianismo em Portugal.» (SIMÕES, 2010, p.13)

É relevante a ligação de Fernando Pessoa às duas línguas – a inglesa e a portuguesa, que o coloca numa condição, à partida, vantajosa, no que diz respeito à sua profissão, mas também se refletirá na atitude de Fernando Pessoa em relação à tradução onde se iniciou muito cedo. “Translation of Gray's *Elesy* to Portuguese” é mencionada por Maria Rosa Baptista (1990) como a primeira experiência de tradução do poeta.

Fernando Pessoa apresenta-se, deste modo, como tradutor “ideal”, possuidor de conhecimentos sólidos que o colocam numa posição de privilégio perante a intermediação que fará entre as duas línguas. Na carta que envia a um crítico inglês no Outono de 1915 dá notícia da familiaridade que sente com as duas línguas:

«[...] Sou português – completamente português -, mas educado numa colónia inglesa, pelo que as duas línguas me são igualmente familiares. Escrevo em ambas, embora só tenha publicado, e muito pouco, na menos conhecida» (ZENITH, 2007, p. 133)

1.2. A profissão

«Profissão: A designação mais apropriada será “tradutor”, a mais exacta a de “correspondente estrangeiro em casas comerciais”. O ser poeta e escritor não constitui profissão, mas vocação.» (QUADROS, 1986, p.252)

Em *Fernando Pessoa, tradutor* (PAIS, 2010) Carlos Castilho Pais apresenta uma seleção precisa de trechos da correspondência do poeta e revela-nos um “Pessoa tradutor com palavras da autoria do poeta”. Assim, podemos ler a nota bibliográfica de 30 de março de 1935 em que Fernando Pessoa se apresenta como tradutor de profissão, mas não deixando de evidenciar que a mais exata será “correspondente estrangeiro em casas comerciais”. Fernando Pessoa, para além de tradutor e de correspondente comercial, foi também publicitário, editor, empresário e escritor ainda que “ser poeta e escritor não constitui profissão, mas vocação”, como fez questão de referir.

Quando em 1907 abandona o curso superior de letras buscará uma forma de vida que lhe deixe tempo para a sua obra. E é, no momento da procura que a sua formação académica deixará espaço para a escolha. Em 9 de Junho de 1906, passado cerca de um ano do seu ingresso no Curso Superior de Letras, escreve uma carta à “Entreprise Générale”, Luvisy (França), em resposta a um anúncio publicado no *Diário de Notícias*. João Rui Sousa (2010) considera existir por parte do poeta uma manifesta vontade em encontrar uma ocupação remunerada. António Mega Ferreira (FERREIRA 1986), por seu turno, coloca a questão estabelecendo o paralelismo entre a expressão “tempos livres” nossa contemporânea e o valor dessa expressão no princípio do século XX.

Fernando Pessoa, anos mais tarde, consciente das suas qualificações para desempenhar a profissão de tradutor voltará a responder a outro anúncio de jornal. Na carta com data de 13 de Novembro de 1913, que dirige ao *Diário de Notícias*, dará conta das suas capacidades para desempenhar o cargo.

A correspondência que Fernando Pessoa mantém com Ofélia Queiroz, com amigos, com editores ou com outros correspondentes revelam também o

modo como se relaciona com a tradução. Ao longo dessas cartas Fernando Pessoa vai expondo a sua opinião acerca da tradução que ocupará uma parte importante da sua vida. Com algum distanciamento ultrapassa as dificuldades comuns à tradução seguindo o padrão que definiu para realizar essas mesmas traduções, considerando que o tradutor deve ter igual domínio da língua e também como consequência terá *um conhecimento sobre essa cultura*. Não deverá nunca o tradutor entrar pelo caminho das línguas e das culturas que não lhe são familiares, sendo por isso interessante mencionar a carta que escreve no dia nove de Novembro de 1931 a Luís Pedro Moutinho de Almeida:

« [...] Eu mesmo, como sabe, sei alguma coisa de francês, mas não escreveria um livro nessa língua, a não ser sob ameaça de fuzilamento sumário, ou coisa parecida. Publiquei três poemas em francês - por sombra de brincadeira - em um número de contemporânea, e um amigo meu, profundo conhecedor do francês, pediu-me para não repetir a proeza.» (ZENITH, 2007, p. 377)

1.3. Projetos de tradução e escolhas pessoais

A vida de Fernando Pessoa seguiu um trilha difícil e pouco aliciante no que concerne ao conteúdo das muitas cartas comerciais que teve de traduzir, mas ainda assim cheia de planos e projetos que contemplaram traduções muitas delas fruto do seu gosto e das suas escolhas.

Se é de notar a atitude particular de Fernando Pessoa perante os desafios e obstáculos que o ato de traduzir pressupõe, não menos relevante é a sua atitude face às preferências sobre determinados autores quando se lhe coloca a questão de os traduzir, muitas vezes movido pelo gosto e pela necessidade de os dar a conhecer em português.

Nomes proeminentes da literatura anglo-saxónica, mas não só, fazem parte da sua longa lista de leituras que consolidaram a sua cultura. Fernando Pessoa lê os clássicos: Milton, Byron, Shelley, Tennyson e Poe, entre outros, e são estes autores que planeia traduzir.

Maria Rosa Baptista (1990) refere esta dualidade na atividade de Fernando Pessoa enquanto tradutor:

«Por um lado, como ‘quotidiano e tributável’, Pessoa fazia tradução por encomenda (não só correspondência comercial, mas também tradução de obras literárias) para assegurar a sua subsistência. Por outro, como todo o verdadeiro artista, havia nele o desejo de ser lido noutras línguas e de dar a conhecer a outros povos os nossos escritores e poetas, o que se inseria num projecto de internacionalização da cultura portuguesa. Havia também necessidade de apresentar ao público português obras culturais de âmbito mundial, que elevassem a cultura nacional.»
(BAPTISTA, 1990, pp. 76-77)

Todavia, nas escolhas de Fernando Pessoa para as traduções que realizou houve sempre uma certa obrigatoriedade, i.e., uma ausência de atos lúdicos. A intenção de tornar conhecidos autores que não eram lidos em português, bem como o seu desejo de traduzir os autores portugueses parece, por vezes, subentendida, mas é uma verdadeira motivação inerente ao desejo de traduzir.

A qualidade das obras que Fernando Pessoa se propõe traduzir, o desafio que representam para ele ou o desejo de dar a conhecer os autores são apresentadas por Maria Rosa Baptista como as principais razões que o motivam

a traduzir:

«[...] sem fazer, de momento, distinção entre as traduções efectivamente realizadas e as que Pessoa projectou fazer, podemos, numa primeira análise das suas cartas a editores, dos seus prefácios de tradução e notas de apreciação literária falar de 1) das qualidades excepcionais da obra em questão, 2) da adequação ao momento ou circunstâncias, 3) do desafio que tais traduções apresentaram à sua capacidade e criatividade, 4) do desejo de dar a conhecer obras suas ou de outros escritores ou a história e os mitos portugueses, 5) do pedido de amigos, 6) ou solicitação de escritores e desejo de apresentar determinada colaboração, sobretudo no caso das revistas em cuja direcção colaborou.» (BAPTISTA, 1990, p.64)

Nos projetos de tradução de Fernando Pessoa há a intenção de traduzir *A Tormenta* de Shakespeare, *Prometeu Preso* de Ésquilo, *Hamlet*, *Príncipe da Dinamarca* de Shakespeare, *O Rei Lear* de Shakespeare, *Poemas de Safo e de Alceu*, *Poemas da Antologia Grega*, *Poemas Principais* de Edgar Poe, *A Política* de Aristóteles, *Rima do Velho Marinheiro* de Coleridge, *The Student of Salamanca* de Espronceda, *Sonnets* de Camões, *Sonnets* de Antero de Quental, *Complete Poems* de Alberto Caeiro, *Songs from the Old Portuguese Song-Books*. Mas também Robert Browning, Wordsworth, Mathew Arnold, Shelley, Keats, Sedley Suckling, Lovelace, O'Shaughnessy, Dowson, Lionel Johnson, entre outros.

O número de obras de Shakespeare que Fernando Pessoa planeia traduzir é efetivamente relevante no conjunto das obras a traduzir. Em carta, datada de 20 de junho de 1923, dirigida a João de Castro Osório, faz alusão a essas traduções:

«Em confirmação, e seguimento concreto, da conversa que ontem tivemos, venho apresentar-lhe, esclarecendo-a, a proposta, que fiz, para a tradução das principais obras de Shakespeare, assim como de outras obras, de menor extensão e vulto, porém de igual novidade pelo menos quanto à forma de traduzir – para os públicos que falam português.

De Shakespeare proponho-me traduzir, por enquanto, as seguintes dez peças: *A Tormenta*, *Hamlet*, *Príncipe da Dinamarca*, *O Rei Lear*, *Macbeth*, *Otelo*, *António e Cleópatra*, *O Mercador de Veneza*, *Sonho de Uma Noite de Verão* [...]

As outras traduções de que falei, deveriam pertencer a uma colecção de pequenos livros, uniformes no formato, no aspecto e no preço, subordinada ao intuito de fazer conhecidos do público português, em selectas resumidas, os principais poetas e

prosadores estrangeiros de que ele, por enquanto, pouco mais conhece do que os nomes. Para essa colecção, cujo âmbito geral – que vagamente lhe indiquei – naturalmente transcende a possibilidade da minha colaboração exclusiva, eu traduziria, por exemplo, os “principais poemas” de Edgar Poe, de Robert Browning, de Wordsworth, de Coleridge, de Mathew Arnold, de Shelley, de Keats, e, em volumes de conjunto, dos poetas menores da restauração inglesa (Sedley, Suckling, Covell etc) e da época vitoriana em seu fim (O’Shaughnessy, Dowson, Lionel Johnson, e outros).» (ZENITH, 2007, p. 236)

Se a correspondência põe à evidência os projetos de Fernando Pessoa para levar a cabo um conjunto de traduções, já não é possível um esclarecimento evidente sobre a natureza e circunstâncias em que ocorreram a publicação dessas mesmas traduções na *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*.

Arnaldo Saraiva (1996), a propósito da notícia publicada em 1990 no suplemento “Letras” da folha de S. Paulo, refere a descoberta de cinco poemas traduzidos por Fernando Pessoa – Tennyson, Wordsworth, Thomas Moore, John Whittier, James Lowell – que constam no índice do último volume da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*. Em SARAIVA (1996) podemos ainda tomar conhecimento do seu contacto com esta obra e do modo como no 20º volume encontra outra tradução pessoana, que conhecia por já ter sido publicada, de um poema de Elizabeth Barrett Browning que ali era atribuída a Pessoa, mas não figurava no índice do 24º volume. Mais tarde, descobrirá nos volumes 11º e 12º poemas de Góngora, de Quevedo e de Royard Kipling. A tradução destes poemas é também atribuída a Pessoa, mas Arnaldo Saraiva atribuirá a Fernando Pessoa a responsabilidade das traduções de nove poemas que aparecem na *Biblioteca* como sendo anónimas. São poemas de Garcilaso de la Vega (5 sonetos), de Quevedo, de Coleridge, de Shelley e de Robert Browning:

«Com as suas 12288 páginas, a que devem somar-se as de centenas de ilustrações fotográficas, distribuídas por 24 volumes, a antologia intitulada “Biblioteca Internacional de Obras Célebres” e subintitulada “Colecção das produções literárias mais célebres do mundo, na qual estão representados os autores mais afamados dos tempos antigos, medievais e modernos» (SARAIVA, 1996, p. 6)

É deste modo que SARAIVA (1996) define a coleção, edição da “Sociedade Internacional de Lisboa, Rio de Janeiro São Paulo Paris” e que tal como ele refere se mantém ignorada por antigos ou recentes e importantes estudos e histórias da literatura portuguesa e brasileira, mantendo-se, assim, desconhecida a responsabilidade da organização, impressão e distribuição. SARAIVA (1996) refere ainda que os organizadores da Biblioteca tiveram o cuidado de incluir textos que abarcam as áreas da poesia, ficção, teatro, ensaio, história e outros, bem como de diversas épocas:

«Quanto à participação da edição portuguesa «Marco Chiaretti, no texto atrás referido, admitiu que a biblioteca fora “impressa por volta de 1911*”; mesmo admitindo a saída de alguns volumes em 1911, deveremos dizer mais correctamente “por volta de 1912”. De qualquer modo, a colaboração de Pessoa deve ter sido solicitada antes desta data. Quando? Por quem?

João Gaspar Simões forneceu-nos uma interessante pista, que já foi assinalada por Augusto de Campos no também já referido artigo da *Folha de S. Paulo*. Na sua *Vida e Obra de Fernando Pessoa* pode ler-se o seguinte: “Fernando Pessoa, à volta de 1910, encontrava-se tão profundamente arreigado ao solo pátrio que desdenhou a oportunidade única que em toda a sua vida se lhe ofereceu de se transportar para Inglaterra e tornar-se súbdito britânico - naturalizar-se inglês, o que, aliás, aconteceu, mais tarde, aos seus dois meios-irmãos. Na verdade, por essa altura, estabelecera-se em Lisboa, com escritório na Rua do Comércio, 31, um súbdito inglês, Mr. Killoge, que estava preparando a edição de uma grande antologia em língua portuguesa dos maiores prosadores e poetas mundiais. Fernando Pessoa foi contratado para traduzir os poetas de língua inglesa. A remuneração era compensadora. Killoge pagava 700 réis por cada página de tradução impressa. E o trabalho do jovem poeta agradou tanto ou tão pouco que o director da publicação o convidou a acompanhá-lo a Inglaterra, onde resolvera concluir os trabalhos editoriais da edição monumental. Fernando Pessoa recusou, porém o convite. Em seu lugar foi um dos seus discípulos do Curso Superior de Letras». (SARAIVA, 1996, p.17)

Estamos em presença de um conjunto de traduções que, «salvo na medida em que ele aceita traduzi-los» (SARAIVA, 1996, p.23), não foram fruto de escolhas da responsabilidade de Fernando Pessoa, não obedecendo, assim, a nenhuma razão programática, nem a nenhuma razão de gosto pessoal. SARAIVA (1996) considera também que se o poeta tivesse tido oportunidade de escolher todos os autores a traduzir não excluiria Milton ou Dickens.

Para o seu propósito de traduzir, Fernando Pessoa estabelece um

conjunto de metas, que podemos considerar como um ideal de generosidade para com os seus. A intenção de traduzir obras de autores portugueses para a língua inglesa no intuito claro de dar a conhecer a um grande número de leitores o trabalho feito em língua portuguesa. O teor da carta que Fernando Pessoa envia à Mandrake Press, em 12 de Setembro de 1930, é elucidativo da dimensão do seu desejo de traduzir autores estrangeiros e o modo como materializa esses seus planos através do contacto com editores estrangeiros. Na carta à Mandrake descreve o seu plano de tradução que inclui desde os “antigos Cancioneiros Portugueses e Romances de Cavalaria aos autores actuais por oferecerem “especial novidade de pensamento”:

«[...] 1) A publicação por vós, em Inglaterra, de traduções de autores portugueses estranhos ou desconhecidos, cujas obras possam ser de potencial interesse para o público leitor inglês; [...]

1) [...] sugeri ao Sr Crowley que as obras a traduzir do português, susceptíveis de interessar o público inglês, São: a) tradução dos antigos Cancioneiros Portugueses e Romances de Cavalaria verdadeiro começo da literatura europeia e, como tal, pelo seu próprio mérito e sabor, teriam um público bastante vasto, para o seu género, em Inglaterra e na América; b) traduções de autores portugueses actuais que oferecem especial novidade de pensamento e emoção, encontrando por isso público em qualquer parte – conquanto talvez um público reduzido - desde que apresentados de maneira adequada, em pequenos livros ou folhetos, não necessariamente baratos em relação ao tamanho, mas em relação ao preço em si: c) traduções de autores portugueses que, sem novidade literária propriamente dita, apresentam aspectos, no entanto e não obstante, atractivos – fantasias estranhas como O Mandarim de Eça de Queirós ou escandalosas obras-primas como o Barão de Lavos de Abel Botelho, que é o mais completo e mais brutal estudo sobre a pederastia que, tanto quanto sei, alguma vez se escreveu.

Em ligação com isto, embora não na mesma ordem, porque não se trata de traduções, o Sr Crowley sugeri que eu publicasse, se de algum modo fosse praticável ou desejável, alguns dos meus poemas em inglês; são os que constam dos dois cadernos que uma vez vos enviei, excluindo a parte intitulada Inscriptons e acrescentando um poema que, com Antinous e Epithalamium, teriam um significativo tríptico.» (ZENITH, 2007,p.p.333-334)

A tradução foi, assim, para Fernando Pessoa um modo de vida. Mas foi também um meio de divulgação que o acompanhou de diversos modos. Por dever ou por prazer foram muitas as traduções que fez. SARAIVA (1996) considera que o conjunto das traduções e dos esboços e projetos de traduções

de Pessoa nos dão conta da importância que a tradução tinha para ele destacando o volume de traduções «invulgar num grande criador, ainda por cima seduzido por vários géneros ou espécies literárias, e que não chegou a viver meio século». (SARAIVA, 1996, p. 39)

Fernando Pessoa projetou, esboçou e concretizou inúmeras traduções suas e de outros autores, como pudemos ver através da nota que foi dando deste percurso na sua correspondência, que nos dá notícia também de outra realidade que é a da tradução dos seus poemas por outros².

Não será certamente fácil traduzir um poeta, um poeta como Fernando Pessoa³; Para além de todas as imposições e recomendações teóricas, o tradutor terá de criar o seu espaço de liberdade e igualmente de relação com o poeta que quer traduzir. Nem sempre será possível obter este eco dando conta da forma como o autor o rececionou, como aconteceu com Rogélio Buendia que traduziu poemas de Fernando Pessoa e a quem este se dirige, na carta de 15 de Setembro de 1923, dando-lhe conhecimento da sua satisfação:

«Querido amigo. Muito agradeço a sua carta [...]. Mais ainda lhe agradeço a honrosa amabilidade que representa, da sua parte e da de sua Esposa, o traduzirem, e publicarem a tradução, de cinco das minhas Inscriptions. Creio que realizaram a tradução com grande felicidade, dada a dificuldade de pôr em uma língua

² São 26 as traduções feitas por Fernando Pessoa, 13 textos de poesia, traduzidos do inglês para o português, e 13 textos em prosa. Maria Rosa Baptista refere que “ao trabalhar este espólio, apercebemo-nos de imediato que todas estas traduções obedeciam a um plano previamente delineado e se inseriam num projecto cultural, didáctico e patriótico.» (LOPES, 1993, p.78) O sentido destes planos foi delineado e mencionado por Fernando Pessoa quer na sua correspondência, ou nos textos que contam no Espólio. Escreveu sobre Antero de Quental considerando que foi com ele que Portugal “despertou”, daí a urgência da sua tradução. As questões comerciais e industriais não foram menosprezadas pela atenção de Fernando Pessoa que a elas também se dedicou numa clara manifestação do carácter prático e útil da tradução.

³ Relativamente à tradução do *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares, LAYE (2000) confessa os sentimentos que experienciou quando foi convidada para traduzir o *Livro do Desassossego*: “alegria”, “gratidão” e “apreensão” perante a dificuldade que previa pois sabia da “dura luta que o tradutor tem de travar com qualquer texto de Pessoa.”

Para a tradutora a dificuldade começa logo com o título vendo-se forçada a utilizar um neologismo, mas também a sintaxe extremamente complexa de Pessoa, como afirma. «Pessoa de facto, utiliza todos os recursos da língua, explorando-os e levando-os até aos limites das suas possibilidades. [...] “Cabe então ao tradutor transmitir esta sobreposição de sentidos numa língua que seja tão flexível e expressiva como a do texto original, mas sem ofender a exigência de rigor lógico do francês”.[...] O tradutor deve chegar aos confins do mundo interior latente no texto, e ajudá-lo, por assim dizer, a “emigrar” para a sua própria língua e para o universo de cada novo leitor. [...] E o tradutor...? levado pelo turbilhão entusiasmado ou apavorado perante textos que se lhe abrem como abismos, tenta apenas, com humildade oferecer ao leitor os maravilhosos, os intraduzíveis achados de Pessoa, para traduzir o mistério.”

neolatina, sem ser demasiado extenso, o que a concisão natural do inglês permite concentrar em um curto número de versos. Assim a vossa tradução é em alguns pontos, por assim dizer, interpretativa. Mas não podia deixar de sê-lo, reconheço. E repito que está executada com uma grande felicidade. Há por certo, um ou outro pormenor da tradução, que se não conforma inteiramente com o sentido do original. Mas isso entra, creio, na inevitabilidade de ser mais interpretativa do que literal uma tradução do inglês (ou do alemão) para qualquer das línguas vulgarmente chamadas latinas. Vendo bem, a tarefa, que tão amavelmente para mim se propuseram executar, e executaram, não podia, dadas as suas dificuldades essenciais, ser conduzida com maior destreza e escrúpulo artístico. De todo o coração vo-la agradeço». (ZENITH, 2007, p.246)

1.4 O modo de fazer, o tempo, o rigor e o dinheiro

A correspondência que Fernando Pessoa trocou, enquanto planeou, esboçou e fez traduções, é reveladora do modo como esse trabalho vai sendo realizado. O tempo é uma questão recorrente. Esta queixa é também assinalada em PAIS (2010), que menciona a carta que o poeta envia em 26 de abril de 1926 a Mário de Sá-Carneiro: «Tenho atrasado o meu trabalho de traduções. Há mais de um mês que tenho para traduzir um livro de 100 páginas pequenas, que, normalmente, eu traduziria em 5 dias. E ainda não tenho, traduzidos senão 30 páginas!» (SILVA, 1998: p.p. 211-212). Assim, interroga-se acerca da possibilidade da coexistência entre a produção da obra de Fernando Pessoa com a necessidade, por razões óbvias, de manter a tradução que lhe rouba o tempo tão necessário. PAIS (2010) coloca assim a questão determinante: «O fazer da ‘obra literária’ inclui a tradução».

Esta frequente alusão de Fernando Pessoa ao problema que o atormenta, a falta de tempo para dedicar à sua obra, é também referido nas cartas que envia a Ofélia Queirós, a Mário de Sá-Carneiro ou a Gaspar Simões, entre outros. Se ao primeiro olhar se poderia considerar estarmos perante uma questão anódina, um capricho de autor, sabemos, no entanto, que estão em causa muitos projetos, para a sua obra literária, mas também para a tradução; entre eles as obras dos escritores que Fernando Pessoa tinha urgência em traduzir para dar a conhecer aos seus compatriotas, mas também a tradução da poesia portuguesa que é imperioso que o mundo conheça. Assim, o seu lamento faz-se eco nas palavras que escreve em algumas das suas cartas e em particular nesta que escreveu a Harold Monro em 1916:

“Infelizmente, não tenho tempo de traduzir tantos poemas como gostaria, a fim de lhe dar uma ideia do movimento a que chamamos Sensacionismo, e que é português. Porém, envio uma tradução da minha Chuva Oblíqua (no final do número do Orpheu em anexo), do ... de Mário de Sá Carneiro e da melhor coisa que talvez tenhamos publicado no Orpheu (número 1), a “Ode Triunfal” de Álvaro de Campos. (ZENITH, 2007, p.149)

No seu modo de fazer, refletido na correspondência, Fernando Pessoa, em carta, com data provável de 1917, a uma empresa americana, faz menção às

línguas em que podem ser feitas as traduções e sobretudo ao rigor que é dedicado às mesmas: «Traduzimos também de e para todas as outras línguas; e, se mencionámos sobretudo o espanhol e o português, não é porque o nosso trabalho nessas outras línguas seja menos perfeito [...]». (SILVA, 1998: p.252)

Na carta de 1921 da empresa *Olisipo*⁴ à *British Engineering Company*, Fernando Pessoa faz também questão de não deixar passar em claro o esmero que dedica ao trabalho de tradução. O que poderia parecer estar de antemão garantido é, assim, salientado como uma marca do seu trabalho: «As nossas traduções são, em todos os casos, cuidadosamente revistas, e, quando de natureza técnica, sujeitas a uma posterior revisão relativa à parte técnica». (SILVA, 1998, p. 386)

A falta de tempo, que lamenta mais uma vez, não constituiu um motivo para não dar a maior atenção às traduções que saem da sua mão, pois revela-se metucioso e rigoroso com a revisão que elas lhe merecem, como podemos constatar na carta que enviou a João Gaspar Simões no dia 3 de Dezembro de 1930:

«[...] De momento, prefiro não enviar trecho algum das traduções de Shakespeare: todas elas estão sujeitas a revisão, e não conto sequer olhar para elas dentro de um mês ou dois. O que posso prometer é mandar qualquer trecho delas para a Presença logo que esteja em condições mentais de o enviar.» (ZENITH, 2007, p. 359)

São várias as cartas em que aborda a questão do trabalho de revisão que as traduções necessitam, sacrificando muitas vezes o tempo de entrega das mesmas, como na carta que dirige ao editor Frank Palmer:

«[...] Gostaria, se possível, de ver as provas quer dos portugueses quer das traduções inglesas, pois talvez a tradução possa necessitar de alteração num ou dois pontos. Como certamente sabe, a tradução dos provérbios – como a de todas as coisas caracteristicamente nacionais – é, pela própria natureza do trabalho, extremamente difícil.» (ZENITH, 2007, p.81)

⁴ *Olisipo Lda* – *Agentes, Organizadores e Editores*, sediada na Rua da Assunção, 58-2º foi mais um projeto empresarial em que Fernando Pessoa se envolveu. A *Olisipo* propunha-se, entre outros serviços, realizar traduções, programar e promover atividade editorial.

Este trabalho, que não é sentido como terminado, não é unicamente em Pessoa que se verifica, podemos encontrar o mesmo sentido noutros escritores. Carlos Castilho Pais (1997) refere o caso de Sophia de Mello Breyner: «Talvez o seu texto mais ‘acabado’ seja o texto que serviu de prefácio à edição (1987) da sua tradução do *Hamlet* de Shakespeare. Elucidam a atividade de tradutora acima enunciada as palavras iniciais desta ‘Nota sobre a tradução’. A tradutora diz ter terminado o *Hamlet* “há muitos anos” e acrescenta que” várias vezes reviu e corrigiu a tradução”.»

O tempo que Fernando Pessoa necessita para a sua obra literária é muitas vezes traído por razões que se prendem com o objetivo, sempre perseguido, de dar a conhecer a outros o que, do ponto de vista cultural, estava a acontecer em Portugal, mas não só alargando o seu interesse em divulgar áreas relacionadas com a atividade económica do país. Na carta a Karl Germer dá notícia desse intuito:

«[...]Junto igualmente a tradução de cerca de metade do longo artigo do Notícias Ilustrado. A tradução completa é tarefa de peso, mas espero ter a outra metade feita amanhã e então enviá-la-ei. Mando a metade que já está feita apenas porque não há razão para esperar.» (ZENITH, 2007, p.345)

SARAIVA (1996) utiliza como referência as cartas a Kellog e a data provável da publicação da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* como indicadores para marcar a data das traduções ali incluídas nos meados ou fins de 1912. A qualidade das traduções é também aqui uma referência para apontar data posterior a 1909 para as traduções feitas por Fernando Pessoa para a *Biblioteca*. Não seria de surpreender se alguma tradução tivesse sido feita antes dessa data, atendendo a que Pessoa desde 1902 «se exercitava certamente na tradução de poemas ingleses», e esta é a opinião de Arnaldo Saraiva que traça o perfil do conjunto das traduções da autoria do poeta que foram incluídas na *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*:

«Algumas dessas traduções parecem acabadas, ainda que pudessem aguardar (e beneficiar com) uma revisão. Outras são claramente lacunares ou im-perfeitas. E outras não passam de esboços, muito incompletos ou muito rudimentares. De qualquer modo, vê-se bem que essas traduções, ou tentativas,

ou esboços de traduções podem por vezes dever-se a apelos circunstanciais, mas, no seu conjunto, correspondem a gostos pessoais e a um plano corrente de intervenção cultural, tendo sobretudo em conta o horizonte da comunidade de língua portuguesa. É o que também se conclui de vários projectos de tradução que o poeta-tradutor elaborou.» (SARAIVA, 1996, p.31)

Na correspondência de Fernando Pessoa, o tempo e o cuidado dedicado à tradução são apreensões que andam lado a lado com a questão de ordem financeira. Fernando Pessoa não deixa de manter os seus correspondentes ao corrente de uma questão tão prática como é a questão do dinheiro que estará presente a propósito das mais variadas situações. As suas várias experiências empresariais, que invariavelmente não alcançaram o sucesso, no momento da conceção não deixaram de estar subordinadas a estudos de ordem financeira, dado o interesse do poeta por esses assuntos. Havia ainda os projetos que não singravam apesar de parecerem pensados nos pormenores: “Há um preço fixado: dois xelins por 75 (setenta e cinco) palavras de texto original (exceto nos casos extremos de grande dificuldade técnica). (SILVA, 1998, p.386)

Uma vez mais, a questão financeira põe em destaque a atenção de Fernando Pessoa à questão do valor a cobrar pelas traduções: «Quanto ao preço, por que seriam pagas essas traduções, creio que o único sistema a adotar é o sistema de “royalties”, como se aplica às traduções deste género. Esse sistema é o mais justo.» (ZENITH, 2007, p. 237)

A atenção que Fernando Pessoa dedica a este assunto não se resume apenas ao aspeto mais pessoal do pagamento das traduções, o seu interesse e o seu conhecimento estende-se a áreas que lhe são caras como os aspetos económicos relacionados com os seus projetos, como transparece na carta à Mandrake Press, em 12 de Setembro de 1930:

«[...] Este ponto não necessita de muitos comentários, excepto que esse estabelecimento seria mais barato em Portugal, onde a mão-de-obra é, em geral, barata, especialmente se considerarmos a desvalorização da nossa moeda. Tenho para mim que as matrizes seriam na forma final. A impressão – isto é, das próprias máquinas – não é muito boa em Portugal, mas não é tão má que se não possam imprimir aqui livros. Porém, a sugestão do Sr. Crowley – de que a preparação de livros “difíceis” fosse feita aqui e as matrizes enviadas para Inglaterra para a impressão aí – é a correcta e

apropriada neste caso[...]». (ZENITH, 2007, pp. 334-335)

A notória atenção e o entusiasmo que Fernando Pessoa dedica aos projetos são manifestos nas mais diversas circunstâncias na correspondência trocada. A atenção às preferências do mercado e o peso de cada língua em função desse mesmo mercado são reveladoras de uma cuidada atenção ao pulsar da economia e ficaram registadas na carta que Fernando Pessoa redigiu, provavelmente, em 1917 a uma empresa americana:

«Traduzimos também de e para todas as outras línguas; e, se mencionámos sobretudo o espanhol e o português, não é porque o nosso trabalho nessas outras línguas seja menos perfeito – pois somos cuidadosos em todo o nosso trabalho -, mas simplesmente porque as traduções de e para espanhol ou português são as que, neste momento, são as mais necessárias, sendo as línguas faladas nos mercados actualmente de maior importância para o exportador, dentre aqueles que não falam inglês.» (SILVA, 1998, p. 252)

A questão do dinheiro é reconhecidamente uma questão fulcral na ligação entre o trabalho apurado de tradução e o tempo que lhe está implícito com a inevitável repercussão nos projetos a que o poeta gostaria de dar mais atenção. Na carta de 19 de Novembro de 1914 a Armando Côrtes-Rodrigues, Fernando Pessoa lamenta-se e desculpa-se por estar *à bout de ressources*, a precisar urgentemente da ajuda, pois não receberá o dinheiro da tradução dos provérbios tal como tinha pensado. Um trabalho terminado e que só será pago quando o livro for publicado, uma referência que marca também a incerteza associada ao trabalho da tradução, dificuldade que amplia o problema da falta de tempo para a obra literária:

«O meu estado de espírito obriga-me agora a trabalhar bastante, sem querer, no Livro do Desassossego. Mas tudo fragmentos, fragmentos, fragmentos. Para acabar a minha desolação material e exterior, imagine você que a única coisa com que eu neste momento podia (parecia-me que podia) contar - as cinco libras da tradução dos provérbios (parece-me que v. viu-me aqui a trabalhar nisso) – faltou-me. Os homens só me mandam aquilo quando publicarem o livro, depois da guerra! Uma catástrofe, meu caro. Olhe lá, a este propósito e se o pedido o incomodar tenha-o como não feito, V. podia emprestar-me vinte mil réis? Eu não sei quando lhos poderei

devolver, e de mais a mais, já lhe devo aqueles cinco que v. uma vez me emprestou na Avenida. Mas se lhe peço isto, meu caro, é que estou absolutamente à *bout de ressources...*» (SILVA, 1998, p. 132)

«Primórdio de uma profissão moderna - Emprego precisa-se ...» subtítulo de *Fernando Pessoa, Tradutor*, na opinião de PAIS (2010) é a expressão dos princípios de ação que Fernando Pessoa metodicamente estabelece. Na carta que envia em 1913 em resposta ao anúncio do jornal *Diário de Notícias* Fernando Pessoa assume-se como “tradutor técnico” e nessa qualidade se aplica a traçar o seu retrato como profissional capaz de “dar todas as provas exigíveis de competência no assunto. “Sendo precisas, poderei dar referências, não só gerais, mas também especialmente respeitantes à m/capacidade de traduzir o inglês – assim como de resto, o francês também.” (SILVA, 1998, p. 99)

Pais (2010) destaca ainda outro aspecto do tradutor Fernando Pessoa que faz referência na carta com data provável de 1917 a uma empresa americana “[...] somos cuidadosos em todo o nosso trabalho” , dando a conhecer aos interessados de forma detalhada as características do trabalho que pode executar, revelando-se assim também um pioneiro no *marketing* em Portugal.

Existe uma clara separação entre Pessoa, tradutor ‘técnico’ e Pessoa, tradutor ‘literário’, sendo também, mais uma vez, visíveis na sua correspondência os traços que separam um e outro. A carta de 29 de Setembro de 1929 a Ofélia Queirós que PAIS (2010) seleciona como demonstração inequívoca da separação existente entre estes dois tradutores – o técnico e o literário, apresenta de modo claro o que a obra literária representa para o poeta que passa para um plano secundário «tudo o mais»:

«Cheguei à idade em que se tem o pleno domínio das próprias qualidades, e a inteligência atingiu a força e a destreza que pode ter. É pois a ocasião de realizar a minha obra literária, completando umas coisas, agrupando outras, escrevendo outras que estão para escrever.

Para realizar essa obra, preciso de sossego e um certo isolamento. (...)

Toda a minha vida futura depende de eu poder ou não fazer isso, e em breve. De resto, a minha vida gira em torno da minha obra literária – boa ou má, que seja, ou possa ser. Tudo o mais na vida tem para mim um interesse secundário...» (SILVA, 1999, p. 166)

O tradutor literário revela-se seguro e confiante nas suas próprias qualidades, aspirando à possibilidade de poder dedicar-se à sua obra, desejando o tempo que a tradução lhe retira, pondo em causa a impossibilidade de partilhar o seu tempo com o outro tradutor, o tradutor “tributável”.

Curiosamente, o foco certo para as questões de ordem prática que se encontram nas cartas dirigidas às empresas e que têm como intenção causar boa impressão sobre a qualidade do trabalho que pode realizar esmorece quando se lamenta dos atrasos no trabalho e nos pagamentos ou quando se angustia com o tempo que também lhe escasseia, como se pode ler na carta datada de 26 de abril de 1916 que dirige a Mário de Sá Carneiro, confessando-se de modo crítico em relação à gestão do tempo que as traduções lhe exigem: «Tenho atrasado o meu trabalho de traduções. Há mais de um mês que tenho para traduzir um livro de 100 páginas pequenas, que, normalmente, eu traduziria em 5 dias. E ainda não tenho, traduzidos senão 30 páginas.» (SILVA, 1998, pp. 211-212).

1.5 Princípios teóricos

A correspondência de Fernando Pessoa é, como vemos, pródiga em partilhar aspetos inerentes à tradução, dando também a conhecer a sua posição relativamente aos princípios teóricos que presidem às suas traduções. O respeito pela forma e pelo original referidos na carta que escreve a Bernarr Macfadden em 15 de Agosto de 1933, são um desses princípios:

«... envio-lhe, por este correio, um exemplar do primeiro número de Fevereiro da publicação quinzenal *Fama*, de Lisboa, no qual o artigo foi publicado, e incluo também a tradução do artigo. É capaz de achar a tradução algo formal, ou desajeitada, numa ou noutra passagem; isto é porque me esforcei sobretudo, ao traduzir, por me manter muito próximo do sentido exacto e do significado do meu original.» (SILVA, 1999, p. 304)

A Karl Germer envia uma carta, com data de 3 de dezembro de 1930, mencionando o caminho que percorreu para a tradução:

«Estou a enviar-lhe um dos produtos do meu recente repouso inquieto – uma tradução para português do “Hino a Pã” de Mestre Therion. A seguir mandar-lhe-ei uma tradução literal de desta tradução, de modo a que o referido círculo possa ser consultado quanto à interioridade.

Como o português tem a mesma maleabilidade e fluidez do inglês (é a única língua latina a tê-las), não houve nenhuma dificuldade radical na tradução. O ritmo do original foi rigorosamente mantido e a forma e cor do sentido não se perderam. Mas há, necessariamente, alguns afastamentos do literal: o principal deve-se ao facto de que, enquanto “man” rima perfeitamente com “Pai”, o “homem” já não dá tanto jeito. O verso português “Meu homem” e afã!” significa “My man and my desire” e assim não se afasta muito do sentido.

Nalguns casos a literariedade é notável: “With the lonely lust of devildom “resulta em Do”.» (ZENITH, 2007, p.360-361)

SARAIVA (1996) afirma que as várias traduções de Pessoa não se afastam dos seus princípios teóricos. Antes pelo contrário, elas são fiéis a estes mesmos princípios. Fernando Pessoa, teorizando sobre a tradução em textos escritos em inglês ou em português, defende que “nenhuma tradução, supondo que existe, pode dar conhecimento da obra em sua completa e verdadeira vida” (LOPES, 1993, p.385). Como não é possível ler tudo no original, Fernando

Pessoa contribuirá para teorizar a tradução. «É visível, por exemplo, o esforço que Pessoa faz para encontrar rigorosas equivalências semânticas, métricas, rimáticas, fônicas, rítmicas; e não se pense que os seus achados só se deveram à sua inspiração, não à sua transpiração. Esse esforço pode ser bem figurado no manuscrito de “O Corvo”, um verdadeiro palimpsesto, ...» (SARAIVA, 1996, p. 47)

SARAIVA (1996) chama a atenção para a “mestria do tradutor Pessoa” quando se comparam as traduções do poeta com as de outros tradutores: [...] Ou pela sua inteligência, ou pela sua “limpeza”, ou pela sua fluência, ou pela sua economia, ou por algum toque de génio poético as traduções de Pessoa fazem claramente a diferença. (SARAIVA, 1996, p. 51)

Quanto às notas dos tradutores a sua importância tem sido enorme para o estudo da tradução. PAIS (2010) congratula-se pelo facto de os tradutores, no caso concreto dos tradutores dos poemas de Brecht, «terem deixado em prefácios, notas e conferências, a explicitação do que entendiam ser a tradução – ou, se quiserem, alguns dos elementos de uma teoria do traduzir». (PAIS, 2010, p. 4)

Para PAIS (2003) uma nova *tradução* constitui quase sempre uma oportunidade para o tradutor, geralmente em prefácio à obra traduzida, poder justificar a sua tarefa e proceder a uma análise crítica das traduções publicadas antes da sua. (p.21) Na demonstração da posição de tradutor não existe, na sua opinião, diferença substancial daquilo a que Antoine Berman apelidou de *projecto de tradução* «Le projet définit la manière dont, d’une part, le traducteur va accomplir la translation littéraire, d’autre part, assumer la traduction même, choisir um «mode» de traduction, une «manière de traduire». Na *posição do tradutor* procurar-se-á uma individualidade, um cunho próprio, identificador de *um tradutor no modo de ser* da tradução. (p. 22)

A língua e a forma como Fernando Pessoa se relaciona com essas mesmas, a língua portuguesa e a inglesa são mencionadas também nos textos do poeta. Fernando Pessoa define-se como sendo “completamente português”, mas não poderá esquecer a sua formação inglesa pelo que afirma que se sente familiarizado com as duas línguas, num relação que faz com que o possamos considerar um bilingue para quem a escrita em ambas as línguas seria natural:

«[...]sou português - completamente português - , mas educado numa colónia inglesa, pelo que as duas línguas me são

igualmente familiares. Escrevo em ambas, embora só tenha publicado, e muito pouco, na menos conhecida. [...]» (ZENITH, 2007, p. 133)

Os poemas, as traduções, as leituras, tudo nesta relação se transformou numa relação talvez mais complexa, que esteve, de certo modo, na origem dos seus heterónimos e na peculiaridade da sua obra. Lado a lado com esta relação entre as duas línguas coexiste também a relação com duas culturas tão distintas entre ambas e cuja dificuldade de assimilação Fernando Pessoa transpôs para a sua obra. Mas as consequências desta relação transparecem também na sua vida profissional, em muitos dos seus gostos literários, no seu relacionamento com o país que voltou a aceitar como seu, nunca se coibindo de querer encontrar ideias novas num desejo confessado de ajudar a fazer com que esse mesmo país alcançasse os altos valores que ele se propunha. Um bilinguismo que estará na origem do processo de auto tradução que acontece em Fernando Pessoa. Quem melhor que o poeta para traduzir os seus próprios poemas? Fernando Pessoa traduz os seus poemas pelo gosto da tradução, pelo gosto da criação noutra língua tornando-se novamente autor.

O desejo de ver a sua obra divulgada numa língua com maior “poder” linguístico e conseqüente alcance de maior número de leitores, é também uma atitude que lhe associamos⁵. Um desejo do ponto de vista pessoal, é certo, mas a divulgação do que melhor era feito em Portugal e era necessário dar a conhecer noutras línguas. Esse desejo esteve certamente na experiência de autotradução explícita do Lisbon: *What the tourist should see*, se podemos chamar a este exercício um texto auto traduzido. Não se conhecendo qualquer outro texto escrito em português com o mesmo teor reforça a ideia de ter sido escrito em inglês a língua que Fernando Pessoa considerou como sendo a língua específica para os assuntos que era necessário divulgar, dar a conhecer, neste caso, a cidade de Lisboa.

⁵ Fernando Pessoa escreveu em Português a maior parte da sua obra poética e a dos seus heterónimos. Em Inglês escreveu os *English Poems I-II (Antinous e Inscriptions)* e *III (Epithalamium)*, os *35 Sonnets*, alguns poemas dispersos e grande parte dos textos em prosa, dos ensaios de crítica literária e de teoria filosófica e estética. Esta dicotomia pela qual o Inglês seria a língua mental ou conceptual e o Português a língua sentimental ou emocional pode acrescentar-se a de ser o Inglês a língua internacional, universal e o Português a língua nacional, particular. (SARAIVA, 1996, p.43)

Uma vez mais, as preocupações de Fernando Pessoa com as questões da língua se vêm refletidas na sua correspondência como na carta que envia (provavelmente em 1917), a uma empresa americana:

«As poucas firmas que têm editado catálogos em qualquer destas línguas, podem constatar a habitual imperfeição de tais catálogos. Alguns tornam-se quase incompreensíveis, e nem mesmo a linguagem técnica está, muitas vezes, livre de graves erros. Não precisamos de nos alongar acerca do resultado de um catálogo ou prospecto que comece a influenciar o futuro cliente com uma irritação devido àquilo que se pode considerar um insulto à sua língua materna.» (SILVA, 1998, p. 252)

Fernando Pessoa em carta de 9 de Novembro de 1931 a Luís Pedro Moitinho de Almeida diz: «Nunca se deve escrever – entendendo-se por ‘escrever’ o ‘escrever literariamente’ – em uma língua que se não possua de dentro, isto é, com os pensamentos formados organicamente nela.» (SILVA, 1999, p.244)

Contudo, Pessoa, ainda que confiante em relação à obra em inglês, sente a necessidade de uma crítica imparcial. Isso é notório e trata-se de uma questão de que parece não abdicar, pois, em 1915 e 1916, com praticamente um ano de intervalo, volta a insistir para a necessidade de encontrar quem possa de modo imparcial criticar a obra em inglês. Por esse motivo escreve a um crítico inglês no outono de 1915:

«[...]sou português - completamente português - , mas educado numa colónia inglesa, pelo que as duas línguas me são igualmente familiares. Escrevo em ambas, embora só tenha publicado, e muito pouco, na menos conhecida. Para a minha obra em português posso encontrar críticas, embora continue a estar convencido de que sou o meu melhor crítico. Em relação, porém, à minha obra em inglês, não vejo razão para não me valer da circunstância de existirem críticos competentes para lhe impor o pedido por cujos efeitos o estou a fazer passar. (ZENITH, 2007, p.133)»

E a mesma preocupação de deixar claro o seu critério de tradutor está patente na carta que envia a João de Castro Osório em 20 de Junho de 1923:

«Quer para as traduções de Shakespeare quer para estas, (poemas de Edgar Pöe, Browning, etc) é o mesmo o meu critério de tradutor – transpor para português tanto o espírito, como a essência da letra, da obra.» (SILVA, 1999, p. 14)

O pensar a tradução é uma questão que estará sempre presente pois será

sempre necessário traduzir. GRIFFIN (1981) na comunicação “Reflexões dum tradutor sobre os problemas da versão literária” que proferiu na Fundação Gulbenkian considera que «traduzir é impossível – mas na prática traduz-se. Porque é necessário.» Jonathan Griffin considera que «A faina de escrever e de traduzir poemas continuará sendo, a meu ver, um domínio – um dos raros – em que a presença ou mesmo a intervenção de um ser humano se revela essencial» e afirma também que:

«O ser humano, ao traduzir um poema, terá de fazer a cada momento uma opção. Eis o que lhe é exigido – a “ele” ou a “ela”, não a um computador. Convém, portanto, que esteja bem definida – com antecedência, tanto quanto possível – a finalidade essencial da tradução, de modo que o tradutor tenha bem clara no espírito uma espécie de escala de prioridades. [...] procura intensa da *fidelidade* ao conteúdo do poema que traduz. [] conciliar a fidelidade com a liberdade de que o tradutor, forçosamente, terá muitas vezes necessidade.» (p.22)

«[...] Mas nunca sem reflectir escrupulosamente – porque é um mau tradutor o que se deixa escravizar pelo “palavra-a-palavra”. Começará assim a haver, desde logo, no diálogo uma forte intervenção de liberdade.»⁶ (GRIFFIN, 1981, p.25)

A afirmação de Herberto Helder reforça a ideia das opções que são necessárias aquando da tradução de um poema:

«O poeta que traduz o poeta autolegitima-se ao reclamar para si o direito de ousar produzir, a partir de outro, um poema português, e sobretudo um poema seu. [...] É o que faz Herberto Helder em *O Bebedor Nocturno* (1961-66). O direito que lhe assiste é um direito pleno no foro poético, embora possa ser questionável no foro translatório. Por isso Herberto Helder diz “Não sei línguas. Trata-se da minha vantagem.” [...] Não tenho direito algum de garantir que os textos deste livro são traduções. (Herberto Helder, 1973, p. 209-10)» (BARRENTO; 1997, p.250)

⁶ (GRIFFIN, 1981) Coloca a questão cerca da possibilidade de se ser fiel ao conteúdo global de um poema em língua estrangeira sem ser fiel à sua forma? [] É provável, evidentemente, que se o poema for um verdadeiro poema a sua prosódia e as suas rimas façam parte da sua essência. De outro modo, o poeta não as teria empregado. O tradutor não deve, por conseguinte, esquivar-se aos problemas da métrica e das rimas a pretexto de que, por razões profundas, muitos poemas modernos dispensam aqueles recursos poéticos.(p.26)

Vasco Graça Moura outro poeta que dá notícia da maneira como aborda a questão é referido por Barrento:

«[...]nas suas traduções de poesia, nomeadamente de Rilke ou dante, por “aproximações” [...], dando livre curso ao que chama de infidelidades interactivas”, que “reagem sobre os elementos do original e também sobre a nova estrutura elaborada na língua de acolhimento, onde a versão final não pode ignorar a própria tradição literária desta. (BARRENTO; 1997, p.250)

LOPES (1993) menciona o texto em que Fernando Pessoa declara resignar-se a não poder «fazer da língua portuguesa o privilegio da humanidade» admitindo ter de partilhar com o inglês esse “ privilegio”:

«Usando do inglez como língua scientifica e geral, usaremos do portuguez como língua literária e particular. Teremos, no imperio como na cultura, uma vida domestica e uma vida publica. Para o que queremos aprender leremos inglez; para o que queremos sentir, portuguez. Para o que queremos ensinar, falaremos inglez para o que queremos dizer» (LOPES, 1993, p.27)

Também nas leituras de Fernando Pessoa as questões da língua são recorrentes. Na sua biblioteca encontram-se livros dedicados ao ensino das línguas e a vantagem que representa essa aprendizagem para os estudantes. Também a relação entre falantes de línguas diferentes e o ultrapassar dessa dificuldade através do uso de uma língua única como o Esperanto foi um assunto que interessou o poeta:

«As considerações que fez sobre a língua portuguesa quando, muito cedo, decidiu ser o mentor da ressurreição da cultura portuguesa, do seu Quinto Império, foram provavelmente decisivas para a sua escolha de ser o Supra-Camões deste “Império”. Os grandes “criadores de civilização”, que quis que fossem os seus três heterónimos, exprimem-se em português – a língua que escolheu para “sentir” e “dizer”.» (LOPES, 1993, p.28)

Este conhecimento que procura insistentemente deixar como legado aos seus compatriotas e ao País é mencionado em LOPES (1993) que faz notar o facto: “Regressa a um Portugal sem grandeza, mas faz frequentes incursões no mundo real, contra os três dragões que sempre combateu: a Ignorância, a Tirania e o Fanatismo ou, como enunciou noutro texto, a Rotina, a Estupidez e a Incultura.» (p.31)

1.6 O carácter prático da tradução - A tradução usada como meio de divulgação

O comércio entre os povos, a mediação de conflitos, o contacto social ou as relações amorosas sempre se socorreram da tradução para se viabilizarem.

[...] recém-chegado e ignorando completamente as línguas do Levante, Marco Polo não podia exprimir-se de outro modo que não fosse retirando objectos das suas malas: tambores, peixes salgados, colares de dentes de tacuquen, e indicando-os com gestos, saltos, gritos de espanto ou de horror, ou imitando o latido do chacal e o piar da coruja.” (CALVINO, 1990, p.41)

O que podemos ler neste pequeno entrecho de *As Cidades Invisíveis* é recorrente na história da humanidade. Nos espaços restritos, em que nos movemos individualmente ou no coletivo dos países, não poderemos enriquecer como indivíduos e como cidadãos se nos isolarmos, daí sentirmos necessidade de comunicar, de procurar o que os outros encerram em si mesmos. Partimos sempre movidos pela curiosidade, mas também pelo sentido de nos apropriarmos dessa novidade, sendo este atavismo recíproco, o que, aliás, nos enriquece mutuamente:

“[...] traduzir é apropriar-se do que não é nosso incorporando-o no património próprio, sendo apresentado deste modo como enriquecimento que valoriza a cultura da língua para o texto em que é vertido” (PAIS, 1997, p.12)

“Pessoa é o mestre e deseja contribuir com todo o poder do seu esforço para a elevação do meio cultural português e para a afirmação de uma cultura portuguesa na europa” (PAIS, 1997), e é seu desejo também que a tradução venha a desempenhar um papel importante neste contexto.

Na carta que enviou à Poetry Society Fernando Pessoa deixa transparecer, mais uma vez, o desejo de encontrar o meio de divulgar no estrangeiro a poesia contemporânea portuguesa que ele considera “extramente importante” como refere nesta mesma carta. Fernando Pessoa entra no detalhe,

não querendo, de modo algum, que a missiva não alcance o pretendido e insiste explicando, «Já que cheguei até aqui, atrevo-me a ir um pouco mais além e explicar que o movimento poético que se verifica presentemente em Portugal data, na sua forma atual, de 1898, mais ou menos, e produziu entre um vasto conjunto de poesia de extraordinariamente elevada e espantosamente *nova*.» (ZENITH, 2007, p. 54). Contudo a explicação em pormenor, na opinião do poeta, não fica esclarecida se não incluir uma tradução:

«Para ser completamente franco, contudo, há um pouco mais que posso realmente fazer. Dar-lhe através de uma tradução, uma ideia de poesia portuguesa contemporânea, no que diz respeito especialmente às peculiaridades de estilo e ideia envolve uma dificuldade exactamente paralela à que existe para atingir a mesma coisa com o mais elevado estilo inglês (que é isabelino) relativamente a qualquer língua estrangeira. [...]» (ZENITH, 2007, p.55)

O traço mais pragmático da sua atividade no que concerne à relação de Fernando Pessoa com as línguas inglesa e portuguesa é indiscutivelmente o lado prático e profissional de tradutor que Fernando Pessoa exerceu durante anos nos vários escritórios da Baixa lisboeta. «A designação mais própria seria tradutor, a mais exata a de correspondente estrangeiro em casas comerciais», foi deste modo e com esta objetividade que Fernando Pessoa se apresentou na nota biográfica que escreveu em 1935. Profissão que começou ainda jovem e de que o anúncio ao DN em 1913 é revelador da clara disposição do poeta de iniciar a sua carreira como tradutor.

A formação que o curriculum comprova fará dele um Fernando Pessoa apetrechado bem de mais, assim se poderá dizer, para a profissão que viria a adoptar - tradutor. Quanto a esta competência também ele assim a considerava ao escrever na resposta ao anúncio do jornal *Diário de Notícias* a frase que elucida bem sobre a noção que tinha acerca do seu trabalho “quem faz o mais, faz o menos”.

Ser tradutor era ter um emprego, uma fonte de receita que lhe permitisse dedicar-se aos muitos planos de trabalho que teve sempre em mente.

É como tradutor comercial que trabalhará em vários escritórios da capital. E são muitos os escritórios para os quais Fernando Pessoa fará traduções. A primeira destas empresas foi a R.G. Dun C.^a, para onde começou a trabalhar em 1907. Seguiram-se muitos outros: Félix, Valadas & Freitas; Mário

N. de Freitas; Agência Internacional de Minas; A. Xavier Pinto e C^a; Martins Lavado; Lima Mayer & Perfeito de Magalhães; A. Soares Franco & C^a; F. Ferreira & C^a; Companhia Portuguesa de Volfrâmio; Toscano C^a L^a; Companhia Industrial de Portugal e Colónias; Anjos e C^a; Palhares, Almeida e Silva, Ld.^a; Sociedade Comercial Rebelo da Silva Ld.^a; Francisco Camello; Gouveia e Carvalho; Casa Serras; Moitinho d'Almeida Ld.^a (a mais longa colaboração); Manuel Martins da Hora (publicidade) entre outros.

Os esboços, as notas que foi tomando nos papéis timbrados destas empresas por onde foi passando permitem, nuns casos melhor do que noutros, delimitar os períodos a que correspondeu essa sua colaboração. O facto de usar muitas vezes o papel timbrado para além do tempo em que a colaboração se verificava trouxe alguma dificuldade na delimitação do período de tempo a que terá correspondido cada colaboração.

A vida de Fernando Pessoa enquanto tradutor comercial será assim passada entre os vários escritórios da baixa lisboeta. Espaços onde fará traduções e onde continuará ao mesmo tempo a dar vida a planos vários mas sempre mal sucedidos no que diz respeito ao retorno financeiro.

Quanto a esta questão não deixa de ser interessante observar a posição de FERREIRA (1986) que faz eco da opinião de L.P. Moitinho de Almeida e Manuel Martins da Hora que elogiam as qualidades profissionais de Fernando Pessoa elucidativa da «aplicação com que *pensou e escreveu* sobre o seu trabalho-literário”, sem que da leitura resulte o perfil de um espírito sujeito “àquela penosa tarefa da máquina de escrever e dos patrões a aturar”, de que fala João Gaspar Simões». (FERREIRA, 1986, p.17)

No entanto, Fernando Pessoa tem um lado de empreendedor latente que faz com que esteja permanentemente envolvido em projetos, que por uma razão ou por outra não se afirmam, mas que ainda assim lhe consomem recursos e energias. Na correspondência que manteve com amigos vai dando notícia do andamento dos trabalhos. São relatos onde transparece muitas vezes entusiasmo, mas que acabam invariavelmente em constrangimento e desalento. É certo que muitos destes empréstimos que faz a amigos e patrões se justificam pelo seu envolvimento em projetos que arquiteta na esperança que sejam rentáveis e que desse modo se possa dedicar à sua obra como defende também SOUSA (2010) e como também o poeta confessa, entre outros, a Ofélia Queiroz.

No seguimento desta linha verificamos que Fernando Pessoa perseguiu desde sempre este objetivo, pois se tomarmos em atenção o destino dado ao dinheiro que a avó Dionísia lhe deixou e que foi empregue na totalidade para subsidiar o que viria a ser seu primeiro projeto falhado, pressente-se já aí um enorme desejo de encontrar um meio de vida que lhe permitisse a autonomia desejada.

Entre a passagem pela Universidade de Lisboa e a sua vida profissional há um desejo declarado em Fernando Pessoa de encontrar uma certa independência, que se vai acumulando nas listas de experiências fracassadas que lhe são conhecidas. A primeira dessas experiências foi a *Íbis*, tipografia que nunca chegou a funcionar, mas que terá delapidado o dinheiro que herdou. Não desiste dos seus projetos marcado por um traço de personalidade que o faz perseguir um fim, o seu objetivo maior: «Regressa a um Portugal sem grandeza, mas faz frequentes incursões no mundo real, contra os três dragões que sempre combateu: a Ignorância, a Tirania e o Fanatismo ou, como enunciou noutro texto, a Rotina, a Estupidez e a Incultura.» (LOPES, p.31)

O elogio desta imensa energia interior que tinha é também mencionada por FERREIRA (1986), que lhe aponta a particularidade:

“perante a falência prática desses projetos, e ao contrário de muitos, o poeta sempre se adaptou às circunstâncias, recusando-se a engrossar as fileiras da insatisfação desculpabilizante, que, nas letras como na política, na economia como na vida profissional, aparece como constante da maneira de ser portuguesa deste século.” (FERREIRA, 1986).

António Mega Ferreira defende ainda a teoria de que o trabalho de Fernando Pessoa como tradutor seria bem remunerado, atendendo à enorme dependência do país em relação ao estrangeiro, nomeadamente a Inglaterra. Acresce ainda que, no panorama do Portugal do princípio do século, Fernando Pessoa possuía uma formação académica que lhe dava uma “indiscutível supremacia social”.

No que diz respeito ao projetos, à *Íbis* sucederá a empresa *Olissipo*, casa editora, mas também capaz de fazer “toda a propaganda de produtos portugueses, sua venda, montagem de novas indústrias” (FERREIRA, 2005). No espólio abundam relatórios sobre minas, concessões, explorações, propostas e sugestões para a transformação do estatuto de empresas exploradoras.

“Almanach portuguez para 1921”, “álbum de Portugal” com data de 1922 e destinado a assinalar a participação portuguesa na Feira do Rio de Janeiro. E o registo da patente do Anuário Comercial Revista de Comércio e Contabilidade. (p. 27)

Fernando Pessoa gostava de fazer planos, entrar pelas mais variadas áreas: «Que Pessoa – ou o Ibis por ele! Tenha redigido numerosas anedotas e que até como se depreende de um plano inédito, tenha encarado com elas constituir um livro [...]. É que o Ibis, o Bi, gostava de rir e fazer rir, a bandeiras despregadas.» (LOPES, 1993, p.23). Mas foram mais os seus planos, alguns deles curiosos, como podemos ver pela admiração que a ideia de se estabelecer como astrólogo causou a Mário de Sá Carneiro, que, em carta de 13 de fevereiro de 1916, disso mesmo lhe dá nota: «Curiosíssimo o seu estabelecimento como astrólogo. Oxalá não haja impedimento e isso vá por diante. Que extraordinária e pitoresca nota biográfica para a história de um criador da Nova Arte, como você!» (LOPES, 1993, p.26)

O que ficou dito para trás faz parte de um todo importante da vida de Fernando Pessoa e que poderíamos entender como um lado mais autónomo, menos sujeito a imposições e mais dependente do querer do que do dever. Mas Fernando Pessoa teve que sujeitar também a sua vida às obrigações mais pesadas de ter de considerar a tradução também como modo de “fazer pela vida”.

Ainda que se possa pensar que não escolheu a profissão, mas que esta lhe foi imposta, o que é um facto é que ser tradutor foi a profissão que Fernando Pessoa desempenhou e que reconheceu como tal. A partir de 1908 será definitivamente correspondente comercial em línguas estrangeiras. Aos olhos de hoje, a profissão escolhida parece envolta numa áurea de fatalismo que terá atirado o nosso “supra-Camões” para a rotina do escritório. A sua vida profissional começará, neste caso, num Portugal muito diferente do atual no aspeto social, político e sobretudo cultural. No início do século XX, Portugal era um país com uma taxa de analfabetismo elevada ao limite do razoável, um país rural, pobre e desigual, mas que possibilitava, no entanto, a quem como Fernando Pessoa fazia parte de uma elite intelectual a opção de poder escolher.

Esta maneira de olhar para a profissão de Fernando Pessoa não é conforme ao olhar de autores como Teresa Rita Lopes ou João Gaspar Simões.

No prefácio de *Lisboa: O que o Turista Deve Ver/What the Tourist Should See* é clara a posição de Teresa Rita Lopes acerca deste assunto, pois considera que Pessoa não tem os meios suficientes para a sua existência: “A máquina utilizada é uma das de que frequentemente se serve (não tinha máquina própria por, penúria!) num dos escritórios em que prestava serviços. O papel utilizado é semelhante ao que usa muitas vezes por medida de economia: folhas A4 de papel pardo, barato, por ele próprio cortado à mão de folhas maiores.” (p. 11).

Por outro lado, António Mega Ferreira considera, ao contrário de Gaspar Simões, que Fernando Pessoa não cai nesta atividade por exclusão de partes. FERREIRA (1986) não vê o poeta como alguém que corresponderia a uma resposta afirmativa para a questão que coloca: «Foi Fernando Pessoa um semi-pária, mendigando entre dois escritórios da Baixa meia dúzia de tostões que lhe dessem sustento diário? Foi o autor de *Mensagem* um infeliz votado a ser “empregado de comércio”, uma profissão paralela a que, como escritor português, esteve irremediavelmente condenado para ganhar a sua vida [...]» (FERREIRA, 1986,p. 15)

Será desse modo, um emprego, e uma fonte de receita que lhe permitirá dedicar-se aos seus muitos e variados projetos. O arco temporal que decorre entre o seu regresso a Lisboa e o seu primeiro emprego é um período pouco cristalino na vida de Fernando Pessoa. É, como afirma PRISTA (2012) na recensão ao livro de Robert Bréchon, uma “época da vida de Pessoa das mais interrogadas ainda”.⁷

A tradução na sua dimensão prática não é apenas usada por Fernando Pessoa em prol da poesia. Fernando Pessoa usa a tradução também como refere LOPES (1993) que menciona vários textos «inéditos, escritos entre 1918-19 precedendo de pouco os contemporâneos do jornal sidonista *Acção* que Pessoa animou com Geraldo de Jesus em 1919». A propaganda e o modo como Fernando Pessoa aceita a missão de divulgar “lá fora” o que de melhor existe no país obedecem já a um cuidado plano que visava alcançar Londres, Madrid e Rio de Janeiro.

No texto com a designação “Propaganda” indica o caminho a tomar, provavelmente ainda em vida de Sidónio:

⁷ <http://colouquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?author&author=PRISTA>, LUIS (2012- 7-1)

“[...]”

1) Publicação de livros e estudos tendentes à propaganda do país e de sua política actual.

2) Publicação de um livro “All about Portugal”, que inclui e resume toda a propaganda relativa ao país, e que deve ser publicado por todo o ano de 1919.

3) Fundação de um periódico, de preferência semanal, mas que a princípio pode ser mensal, em Londres, intitulado “Portugal”. (LOPES, 1993, p. 50)

A admiração de Fernando Pessoa ficou também expressa em *Lisbon: What the Tourist Should See* : «E o turista não deixa de reparar nos grandes tocheiros de prata cinzelada, trabalho do famoso Giuseppe Gagliardi, que só uma vez deixaram o museu, para figurarem nas exéquias do Dr. Sidónio Pais, o infelizmente Presidente da República que foi assassinado no piso superior da estação do Rossio, na noite de 14 de Dezembro de 1918.» (PESSOA, 2007, p. 75)

Assim, tendo em atenção todas estas opiniões, partiremos do pressuposto que viveu com empenho a vida de tradutor, que teve altos e baixos, momentos de euforia e de depressão sempre tão presentes na sua vida. Dedicar-se-á então a uma atividade de tradutor de cartas comerciais em vários escritórios da baixa lisboeta e onde assegurará a tradução da correspondência comercial para continuará a dar vida a projetos vários, nem sempre bem-sucedidos no que diz respeito ao retorno financeiro.

O poeta criador de heterónimos terá ainda trabalhado como publicitário, inventor ou criador de instrumentos destinados a facilitar a vida nos escritórios como o anuário ou indicador sintético. Criou também um modo de catalogação, de que sentia orgulho: “A minha invenção não tem precedentes em país nenhum”. (SOUSA, 2010, p.121), a “carta-sobrescrito” que no entender de António Mega Ferreira parece prefigurar o “aerograma, que viria a popularizar-se por altura da Segunda Guerra Mundial”. (FERREIRA, 2005, p.112), Advertising crosswords espécie de “palavras cruzadas publicitárias”, a “carta para guardar papéis”, uma proposta de natureza arquivística tendo em vista tornar mais funcional a arrumação da correspondência e de outra documentação.

No conjunto das ações de carácter publicitário que desenvolveu destacamos a experiência criativa para o primeiro projeto de destino turístico

em Portugal “Estação Marítima Climatérica, Termal e Desportiva” no Estoril:

“Trata-se de um documento dactilografado (Esp. 137-4) aparentemente incompleto ou truncado, sem título, sem data e não assinado, em que se estabelecem alguns parâmetros para a propaganda da Costa do Sol, como privilegiada região de turismo a defender e a incrementar.” (FERREIRA,1986, p. 147)

Para a estratégia de promoção do local faz uso do elogio ao clima, facilidade de meios de transporte, ambiente social, o seu estudo incide no facto de se tratar de um grande empreendimento a pensar no turista estrangeiro. Foi concebido um projecto destinado a organizar um vasto espaço (uma mata) onde deveria surgir uma constelação de atracções e serviços garantidos de uma produção turística diversificada.

O clima, a praia, as termas, as diversões e os desportos – os hotéis, balneários, instalações desportivas (ténis, croquet, cricket, futebol e esgrima) o casino, o golfe, hipódromo, campo de tiro e um enorme parque “com muitas dezenas de hectares” torneado por uma linha de *tramways* eléctricos que se prolongaria até Sintra.

«A publicidade de um lugar como a Costa do Sol pode e deve ser encarada sob dois aspectos – o do público a atingir, e o dos processos a empregar (excluindo os atractivos já excluídos) para o atingir”. Como é seu hábito nesse género de trabalhos, Pessoa irá desdobrar por várias alíneas o desenvolvimento esquematizado do seu raciocínio.» (SOUSA, 2010, p. 129)

Neste estudo Fernando Pessoa faz uma análise detalhada sobre o público a alcançar, e que divide em três categorias:

«[...]a do público em geral, o vago público possível, qualquer que seja e sem que se determine nele divisão ou classificação alguma; b) o público rico e luxuoso, em que é próprio viajar, e que, deste modo, se distingue e se destaca, para o caso particular de que se trata, do público em geral; e c) o público especial composto de elites, artistas, intelectuais, e outros assim, que, se per si não vale muito, vale todavia pela influência que dele irradia sobre o público rico, em primeiro lugar, sobre todo público, em segundo”. (FERREIRA,1986, p.147)

O estudo demonstra bem o tipo de viajantes que circulavam pela Europa neste período. O autor faz uma análise desapassionada e direta quando considera

a existência do público em geral, um público sem relevância alguma para o seu estudo, dando-lhe o epíteto de – o vago público possível. Equivale este público “possível” ao público que não se enquadra nas características que Fernando Pessoa desde tão cedo soube compreender como as que o turismo numa fase mais consolidada da sua existência utilizaria. Curiosa e enquadrando-se no espírito da época é a separação que faz em relação às elites, artistas e intelectuais que como refere não “vale muito” do ponto de vista económico que o projeto Estoril contemplava, mas que constituiriam e introduziriam um pendor de diferença.

Este estudo de Fernando Pessoa incluir-se-ia num mais amplo projeto que visava a tão necessária divulgação de Portugal na Europa e no Mundo.

2. Condições que justificaram o guia Lisbon: *What the tourist should see*

A relação entre os que aqui vivem, em Portugal, que se constituíram desde há séculos como um povo, e o estrangeiro, quer o que nos visitava, quer o que muitas vezes emitia opinião em jornais estrangeiros, tornou-se enriquecedora mas foi algumas vezes frustrante e causadora de sentimentos de inferioridade que apelavam a uma *revanche* que foi vivida acima de tudo no plano intelectual.

O Ultimato que Inglaterra apresentou a Portugal, o nascimento da República, a participação portuguesa no conflito mundial e a aproximação da recessão de 1929 trazem ao quotidiano político, económico e social grandes alterações, muitos receios e sobretudo muitas interrogações. Todas estas questões fizeram-se sentir no panorama cultural com o surgir de movimentos que tiveram como objetivo encontrar respostas para a solução dos problemas, que eram muitos, a afligir o país.

RAMOS (1994) afirma que “Em 1910, a República Portuguesa ficou a ser, com a III República Francesa, uma das duas únicas repúblicas modernas na Europa”, (p.567) com republicanos de direita e de esquerda, radicais e conservadores, com concepções diversas acerca do que deveria ser o caminho a seguir. Esta diferença de posições teve, obviamente, a desvantagem de trazer a instabilidade política, económica e social com as consequências naturais que daí advinham. Se os problemas internos eram graves não eram menos as questões que na Europa poderiam ensombrar ainda mais o nosso futuro. O envolvimento das potências europeias (a Inglaterra, a França e a Rússia de um lado e a Alemanha e a Áustria do outro), numa guerra que demoraria 4 anos a encontrar solução possível que fizesse parar o conflito que dizimou a vida a muitos soldados.

«Portugal» passou a designar uma cultura colectiva, isto é, um conjunto coordenado de referências comuns. No princípio do século xx, as comemorações públicas, o ensino estatal, a organização turística, o mercado da arte tenderam a estar baseados na produção da “cultura colectiva”, isto é, um conjunto

coordenado de referências comuns.»⁸ (RAMOS, 1994, p. 567)

Fernando Pessoa, sentindo-se como fazendo parte deste todo, pretendeu contribuir com a participação que estava ao seu alcance, a colaboração em revistas e jornais. No jornal *Acção* publicou “Como Organizar Portugal”, um texto que faz uma reflexão sobre a sociedade portuguesa e a sua organização.

A organização possível, em nosso entender, num país pobre e praticamente ainda sem indústria e com uma agricultura antiquada fruto do que perduraria, por longos anos, como um dos problemas mais graves que o país conheceu, o analfabetismo.

Tudo isto impediu que o país se desenvolvesse a par com outros países da Europa.

Silvina Rodrigues Lopes (2010) na apresentação “Crítica e Linhas de Leitura da Mensagem” compara, num quadro sinóptico, vários acontecimentos relevantes na Europa e em Portugal, destacando-se, para o período de 1924 a 1927, um conjunto, de entre eles, que dão corpo à existência de uma elite interna, que desenvolve atividade que acompanha o que é feito no contexto internacional⁹.

Na apresentação que faz ao texto de *Mensagem*, Silvina Rodrigues Lopes aponta a questão da ortografia usada pelo poeta como factor importante para realçar o valor da antiga ortografia ao lado do passado grandioso e dos ideais da aristocracia. [...] é, das suas obras, aquela onde a visão ocultista mais perfeitamente se concretiza [LOPES, 2010, p. 22]

A *Mensagem*, conforme o estudo de Jacinto do Prado Coelho, “nasce principalmente e três períodos criadores: do primeiro, entre 1918, se não antes, e 1922, resulta *Mar Português*; o segundo são os últimos meses de 1928, em que surgem predominantemente composições de *Brasão*; o terceiro são os primeiros meses de 1934, que precedem imediatamente a publicação do volume”.

⁸ O recuo “político” do cristianismo serviu apenas para reforçar a convicção de que era necessário substituí-lo por outra crença colectiva. Acreditava-se que nenhum povo sobreviveria ao confronto entre ricos e pobres, se a todos os cidadãos não fosse dado um ideal colectivo capaz de os unir. Em 1862, o grande historiador inglês Lord Acton observou que esse substituto, o equivalente ateu da velha fé cristã, era algo que se começava a chamar “nacionalismo”. O “nacionalismo” político foi apenas uma das faces do anseio de integrar os indivíduos num todo harmónico, em algo que se iria tornar uma espécie de religião sem Deus. (RAMOS, 1994, p. 566)

⁹ O quadro apresenta acontecimentos culturais e políticos relevantes em Portugal: 1924 - Início da publicação de *Athena*; 1925 - Teixeira de Pascoas: *Cânticos*; José Régio: *Poemas de Deus e do Diabo*; 1927 - Segundo modernismo, início da edição da revista *Presença* e os Acontecimentos culturais e políticos na Europa: 1924 - Breton: Manifesto Surrealista; Sant-Jonh Perse: *Anabase*; 1925 - Freud: *A Negação*; Kafka: *O Processo*; Eisenstein: o *Couraçado Potemkine*; Chaplin: *A Quimera de Ouro*; 1927 - Murnau. *Aurora*. (LOPES, 1986, p.18)

“Como parte do diálogo intertextual interior à obra de Fernando Pessoa, este livro conduz-nos perante aspectos fundamentais para a sua compreensão nomeadamente os seguintes:

- A relação entre a estética e a política, ou melhor, entre a criação artística e a política, ou melhor, entre a criação artística e o empenhamento pluridimensional do autor, a sua responsabilidade perante a comunidade.
- A conjugação do processo que dá origem ao “drama em gente” (antimito da personalidade) e a busca de uma supra-identidade, o mito do “nada que é tudo.
- A ligação do pensamento poético-filosófico de pessoa ao saudosismo profético da tradição portugues.” [LOPES, 2010, p. 23]

As divisões com os subsequentes temas escolhidos mostram a relevância que desde cedo representou para Fernando Pessoa a questão de Portugal. O livro chamava-se primitivamente "Portugal":

“ Alterei o título porque o meu velho amigo Da Cunha Dias me fez notar — a observação era por igual patriótica e publicitária — que o nome da nossa Pátria estava hoje prostituído a sapatos, como a hotéis a sua maior Dinastia. «Quer V. pôr o título do seu livro em analogia com "portugalize os seus pés?"» Concordei e cedi, como concordo e cedo sempre que me falam com argumentos. Tenho prazer em ser vencido quando quem me vence é a Razão, seja quem for o seu procurador.

Pus-lhe instintivamente esse título abstracto. Substituí-o por um título concreto por uma razão...

E o curioso é que o título "Mensagem" está mais certo — à parte a razão que me levou a pô-lo — de que o título primitivo.

Deus fala todas as línguas, e sabe bem que o melhor modo de fazer-se entender de um selvagem é um manipanso e não a metafísica de Platão, base intelectual do cristianismo. Reservo-me porém o direito de pensar que tal forma da religião é uma forma inferior. É sem dúvida necessário que haja quem descasque batatas, mas, reconhecendo a necessidade e a utilidade do acto descascador, dispenso-me de o considerar comparável ao de escrever a "Ilíada". Não me dispenso porém de me abster de dizer ao descascador que abandone a sua tarefa em proveito da de escrever hexâmetros gregos.” [PESSOA; 1979]

Este sentimento, esta necessidade de dar a conhecer Portugal e a sua grandeza aos estrangeiros não foi unicamente sentida por Fernando Pessoa. Almada Negreiros, em 1919, em Paris, escreverá também a sua *Histoire du Portugal par Coeur*. Escrita “para ser espalhada por todas as partes, depois de julgada pelos portugueses [...]. Está em francês, porque foi assim que ensinei aos estrangeiros [...]. A edição impressa foi traduzida por Graça Videira Lopes.

Almada Negreiros “um português de hoje” apresenta Portugal como um país afastado de Paris, mas com qualidades. Numa alusão dura para a

hegemonia que Espanha parecia exercer sobre Portugal dada a sua dimensão dirá Negreiros, “O Tejo é um rio importante que tal como todos os outros nasce em Espanha, mas não quiseram ficar por lá” contrapondo “mas nós temos todos os rios”. Almada Negreiros refere também a dimensão excepcional do Infante D. Henrique que fez construir barcos que partiram à descoberta dos mares e D. Sebastião que reuniu toda a juventude portuguesa voltará sozinho, um dia, para ser recebido pelos portugueses de “hoje”. A *Histoire du Portugal par Coeur* de Almada Negreiros é também uma história de heróis e de um povo que não é convocado a participar na história do país:

«Le Portugal se trouve là-bas, dans un endroit du Sud-Ouest de l'Europe le plus éloigné de Paris./ Le Portugal est le dernier Coeur Européen avant la Mer./Nous avons tous les fleuves dont nous avons besoin. Le Tage en est le plus grand: il est né en Espagne, comme d'autres, mais il n'a pas voulu y rester/ Not premier Roi fut un géant. On dit que, de ce fait, il fut Roi./Ce sage prince dessinait jour et nuit le mappemonde. Quand ce fut fait, il fit bâtir des vaisseaux et des vaisseaux, pour qu'ils allassent répéter sur Mer les lignes au crayon qu'il avait tracées sur son mappemonde./ Depuis ce jour, l'Europe commença à devenir bien plus grande que sur la carte./Un jour, Dom Sebastião, notre Roi le plus jeune, notre plus beau Roi, rassembla toute la jeunesse Portugaise pour accomplir la grande Victoire./Mais Dieu garda cette Victoire, en attendant ... en attendant demain... en attendant toujours demain..... Nous attendant, nous autres, les Portugais d'aujourd'hui!»
(NEGREIROS, 1919)

Portugal era, assim, para Fernando Pessoa e para os seus contemporâneos uma questão que não os pacificava. Debatiam-se constantemente com o facto de o país, que tinha desempenhado um papel relevante na História, ter sido relegado para um papel secundário. As fabulosas descobertas de mundos esbatiam-se na realidade presente atormentada pelas dívidas eternas, pelo atraso e pela humilhação do Ultimato.

Fernando Pessoa chamou a si a missão de querer tornar Portugal reconhecido e “distribuiu-se”, se é lícito assim afirmar, por inúmeros “outros”, e também por muitos outros interesses. A Linguística, a publicidade, a astrologia, as charadas, a defesa de alguns “ideais” como a maçonaria ou a democracia tornaram-se pontos de interesse para a sua atenção:

«Regressado a Portugal e animado de um fervor patriótico que

confessa e de que dá provas, abundantemente, começa a sonhar com a dimensão alargada *Pátria-Língua-Portugal*, a que começou a chamar “o império portuguez”, formado por Portugal e pelo Brasil, especificando mesmo que “acima da idéia de Império Portuguez, subordinado ao espírito definido pela língua portuguesa, não há formula politica nem ideia religiosa” [LOPES, 1993; p.31]

LOPES (1993) faz referência a esta particularidade de Pessoa que ao mesmo tempo que cria um mundo paralelo, sonhado faz também frequentes incursões no mundo real, contra os três dragões que sempre combateu: A Ignorância, a Tirania e o Fanatismo ou, como enunciou noutro texto, a Rotina, a Estupidez e a Incultura. Moveu-se para ações reais com alvos precisos:

«[...] Esse espírito de missão acompanhou-o ao longo da vida: disso é testemunho um ‘manifesto’ assim chamado (T99) em que tenta aproveitar ‘o velho anseio sebastianista, único religiosismo verdadeiramente português ‘para mobilizar os espíritos descrentes dos seus contemporâneos para uma fé que os congregue.» (LOPES, 1993, p.31)

Desde os primeiros tempos que Fernando Pessoa tem os seus “projectos patrióticos”, (LOPES, 1993) tendo chegado a criar duas “personalidades literárias” Joaquim Moura Costa, e pantaleão, o das “Visões”

Pessoa tem um sebastianismo pragmático, como lhe chama Teresa Rita Lopes (1993). António Mora, uma outra personalidade literária, escreverá:

«Organização do sebastianismo, como única força nacional que hoje existe, se bem que dispersa e inutilizada.” ou “Necessidade de organizar, em Portugal, que desde já se possa organizar. Começar por destruir os maus elementos, de modo que os bons, que já existam, possam assomar à superfície. A falta de consciência nacional através de um misticismo da raça, é o pior que temos hoje. Elevar Portugal aos olhos do estrangeiro. Feito isso, tornar-se-ia mais difícil por insignificantes no poder.» (LOPES,1993, p.32)

O final do século XIX e início do século XX, pelas mais diversas razões, levou a uma configuração genérica de crise provocada pela perda das “certezas” . Contribuiu para este cenário, em Portugal, o efeito que em 1890 o Ultimato, já referido, provocara na vida cultural portuguesa dando origem a obras de pendor nacionalista como é o caso de *A Pátria* de Guerra Junqueiro.

Como alternativa, vão surgir movimentos bastante intervenientes:

“ismos” como o interseccionismo, o futurismo, ou o sensacionismo. O Modernismo português surgirá com um discurso contaminado por uma realidade social, política e cultural de um movimento aberto às novas estéticas europeias. Na produção literária transparece uma vontade de romper com o passado e um desejo de cosmopolitismo. Uma intenção de vanguarda que dará lugar ao aparecimento de manifestos programáticos; *Manifesto Anti-Dantas*, *Manifesto da Exposição de Amadeo de Souza-Cardoso*, *Ultimatum Futurista às Gerações portuguesas do século XX* de Almada Negreiros e o *Ultimatum* (Álvaro de Campos).

A Geração de Orpheu constituiu uma forma de consciência social e literária, não alheada do contexto geral em que se integra, antes mantendo com ele intensa e complexas ligações. Fernando Pessoa dirá a propósito que a intenção do movimento era “criar uma arte cosmopolita no tempo e no espaço”.

Todos, Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Alfredo Pedro Guisado, Almada Negreiros, Cortes-Rodrigues e Álvaro de Campos, se identificam com o conteúdo programático, todos “intensamente individualistas e anti-sociais” se sentem marcados pela mudança de século, vivendo com intensidade uma nova forma de estar, fruto de um tempo histórico-literário de crise.

3. O aparecimento do turismo em Portugal no início do século xx e as estruturas criadas na República para a promoção de Portugal

RAMOS (1994) menciona a carta que em novembro de 1915 João Chagas, regressado a Paris, recebia de um seu amigo lisboeta, a dizer-lhe que durante as férias de Verão tinham visitado o país «praticámos uma façanha milagrosa: descobrimos Portugal: Foi uma verdadeira viagem de núpcias com a Pátria. Caramba! Que maravilhoso país! Como a gente passa a vida ignorando a beleza da própria terra!» (p. 583)

Conhecer Portugal, no princípio do século, foi uma prática em que se iniciaram muitos portugueses curiosos de conhecer o país e que beneficiaram do progresso que se começava a verificar nos transportes.

No princípio do século, Portugal era um país que se revelava genuíno e autêntico para os que se propunham partir à sua descoberta.

Nos primeiros anos do século XX, o turismo tinha características bem diferentes das que viria a conhecer mais tarde: as férias pagas eram ainda uma aspiração longínqua e as viagens de excursionismo ou as idas à praia cumpriam um ritual completamente diverso daquele que conhecemos hoje. Para ir a banhos escolhiam-se as praias do Norte e não as do Sul, a época balnear, partilhada entre a praia e o campo, era feita após as obrigações laborais e era assumida como uma forma de compensação ao trabalho de um ano. Os mais abastados viajavam para o estrangeiro, mas a grande maioria da população não dispunha de condições económicas para tal. Eram por isso muito diferentes os hábitos de fazer turismo entre os portugueses.

O turismo, longe da organização que viria a assumir no final do século, conhecia, no entanto, um desenvolvimento promissor ao qual não era possível ficar-se indiferente. Apesar dos momentos de instabilidade, Portugal não deixou de querer também acompanhar as novidades que vinham do estrangeiro, no que dizia respeito à estrutura organizativa do turismo. Afastado do centro da Europa, onde o progresso tomava corpo, compreendeu, no entanto, que tinha bons recursos para desenvolver uma indústria que traria receitas fundamentais

para o seu enriquecimento. Assim, o turismo ainda que incipiente começava já a ser observado e entendido como remédio para alguns males do país.

A situação geográfica de Portugal, a sua localização no extremo da Europa era, para os primeiros divulgadores do turismo em Portugal, uma vantagem competitiva, ainda mais relevante se considerarmos a importância que naquela época tinha o transporte marítimo. Aliás, Paulo Pina em *Portugal – O Turismo no século XX* (1988) lembra, a este propósito, que no primeiro cartaz de divulgação de Portugal produzido em 1907 se podia ler “the shortest way between América and Europe” e como seria de esperar Lisboa o principal ponto de chegada e partida.

Todavia, era necessário valorizar esses recursos de modo a que todo o país beneficiasse e não apenas Lisboa, que usufruía já de um acumular de circunstâncias que a tinham colocado no roteiro de turistas. Esta súbita preocupação e a atenção que o turismo mereceu resultaram do facto de se ter acreditado desde cedo que existiam recursos que o turismo ajudaria a desenvolver com a consequente vantagem económica para o país. O dinamismo da República favoreceu o desenrolar de ações que contribuíram para que Portugal se situasse entre os primeiros países com soluções institucionais para o turismo.

Portugal dependia, assim, dos turistas que à época eram sobretudo os viajantes ingleses que se deslocavam por prazer, para cuidar da saúde, para obter conhecimento ou pelos negócios. Mas os viajantes que vinham em missões comerciais, entre outras, eram também eles considerados como valores a reter para a economia do país.

«Neste contexto foi relevante o papel que desempenhou, no final do século, a Companhia de Caminhos de Ferro pioneira na promoção desta ideia e que oferecia aos lisboetas «viagens circulatorias em Portugal», proporcionando a visita de “monumentos históricos de situação pitoresca, praias de banhos, estabelecimentos de águas minerais”. (v. Anuário Comercial)

A par do comboio, o automóvel veio revolucionar a forma de viajar proporcionando a independência em relação à rigidez de horários e percursos e também uma grande autonomia na partilha da viagem. Curiosamente e ao contrário do que se poderia pensar devido à fragilidade económica do país, entre 1923 e 1929 foram importados, em média, 3528 automóveis por ano o que não nos deixava longe de países como a Alemanha, Espanha ou França.» (RAMOS,1994, p. 583)

O automóvel, contudo, não traria apenas vantagens e no caso concreto veio pôr em evidência a deficiente rede de estradas que o país detinha. Todavia, neste período foi relevante o papel que o *Automóvel Clube de Portugal* desempenhou introduzindo a sinalética turística, a criação de mapas de estradas e muita informação necessária para os automobilistas.

O progresso, as novidades nos transportes, na hotelaria e nos espaços de lazer contribuíram para que o turismo desse início a uma transformação e a um desenvolvimento que levaria esta indústria a viver um período promissor.

Foram muitos os escritores portugueses que se sentiram atraídos pelas belezas do País, pelas tradições que se mantinham intactas em locais distantes e esquecidos de Portugal. Licínio Cunha (2010) considerará Alexandre Herculano como o primeiro a adivinhar o interesse económico como meio de preservação dos valores culturais:

“Quando a arte e os factos históricos se tornam recomendáveis convertem-se em capital produtivo [...] Calculais quantos viajantes terão atravessado Portugal neste século. Credes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos seus lares sem despender muito ouro, e esqueceis que esse ouro fica por mãos portuguesas?» (CUNHA, 2010,p. 129)

O turismo como indústria que proporciona receita estava ainda numa fase muito incipiente e necessitava de estruturas que assumissem um papel de liderança quanto à introdução de novas ideias.

A queda da Monarquia, os primeiros anos da República, a Primeira Guerra Mundial e os anos que antecederam a Depressão de 1929 são acontecimentos que acompanharam lado a lado a institucionalização do turismo, como indústria capaz de produzir riqueza, em Portugal. Não foram anos fáceis, mas ainda assim houve exemplos de tenacidade por parte de alguns grupos de cidadãos que deram início ao que se poderá considerar uma revolução na criação das estruturas do turismo. A iniciativa partiu, assim, de um grupo de ilustres homens da sociedade civil que entre 1906 e 1911 deram corpo à Sociedade Propaganda de Portugal. Esta organização, que iniciaria o caminho da divulgação do país, foi alvo de desconfiança por parte dos que consideravam indigno para o país estar dependente das receitas dos turistas.

A divulgação do país no estrangeiro contou também com forte oposição e

duas décadas depois a lei orgânica da Repartição de Turismo referiria que não havia ainda condições para uma divulgação em massa de Portugal no estrangeiro. Havia, por outro lado, uma corrente diversa que considerava a propaganda uma questão essencial e respondia às críticas afirmando que se os estrangeiros nos visitavam pouco e o turismo não era a fonte de receita que se poderia esperar, era porque Portugal não era ainda suficientemente conhecido.

A capacidade de fazer chegar aos países mais prósperos, onde as condições económicas e culturais criaram hábitos de viagem, a imagem tão desejada de um país atrativo para os turistas era uma tarefa árdua. Leonildo Mendonça e Costa foi um dos primeiros a dedicar-se à organização da estrutura turística portuguesa.

Mas para que o País fosse interessante para os viajantes era necessário valorizá-lo de modo a que o estrangeiro se sentisse atraído, e este sentimento foi também crescendo entre os políticos da República como por exemplo Sebastião de Magalhães Lima que considerava que era necessário «valorizar o nosso território, a nossa natureza, as nossas paisagens, o nosso sol [...] o turismo não é só alegria, o movimento, a beleza, a vida: é também a saúde e a riqueza. Do seu desenvolvimento depende o nosso futuro» (PINA, 1988, p. 23) Era, por isso, necessário encontrar forma de melhorar aspetos que no país não se apresentavam no seu melhor, nomeadamente as estradas, os hotéis, os restaurantes ou a higiene dos espaços públicos. Contudo, o pior dos problemas que se colocava ao país era, sem dúvida, a questão da instabilidade política que se vivia. No entanto, nesta questão também o turismo iria ter um papel importante na diplomacia económica, pois receber turistas trazia-nos prestígio.

Portugal tem do seu lado uma vantagem que já na época, ainda que o gosto fosse diferente do que viria a ser mais tarde, nos colocava no topo das preferências de muitos viajantes estrangeiros: o país tinha gente cordial, tinha um clima agradável, muito por explorar no que diz respeito a costumes e tradições, uma história de muitos séculos, e era um local pouco dispendioso ainda que isso não fosse impedimento nem fator de distinção para a escolha dos viajantes da época.

Para promover todo este potencial de recursos e de património, era necessário organizar uma estrutura que fosse capaz de dar resposta a tanto do que era necessário fazer. Foi relevante o papel da Sociedade Propaganda de

Portugal, constituída em 28 de Fevereiro de 1906, e com a divisa *Patria Omnia* que unia gente de diferentes opiniões políticas, republicanos, monárquicos, católicos e maçons. A presidência honorífica tinha a chancela do príncipe D. Luís Filipe.

Com poucos recursos, não podendo por isso estender a sua ação a áreas que necessitavam de uma intervenção mais profunda por parte do Estado, restava-lhes o meritório papel de sensibilizar, quer a população, quer os profissionais de alguns sectores, para os problemas que estavam associados à prática turística:

À Sociedade não escapou a necessária atenção ao património e à necessidade de promover o país no estrangeiro. A Sociedade entendeu estabelecer antes das acções de ordem prática programas de sensibilização junto da população para obter a receptividade dessas mesmas populações para iniciativas futuras. Esta questão colocava-se porque no início do século o turismo vivia desta informação, desta sensibilização e destas vontades. (PINA,1988, p. 15)

Divulgar e cuidar o património foi outra necessidade sentida pela *Sociedade* que deu início a um conjunto de ações para ajudar a colmatar as falhas existentes.

Criar um produto turístico português, “congregando os recursos e as infraestruturas disponíveis”, intenção que esbarrava nas dificuldades que representava o facto de a Sociedade não ter o poder próprio de uma entidade estatal, ficando reduzida às ações que visavam a melhoria dos recursos profissionais sobretudo na hotelaria.

No que respeita à promoção a Sociedade foi bastante dinâmica e criativa. Fizeram cartazes folhetos, ações de promoção e convidaram pela primeira vez em 1913 um “influyente” grupo de jornalistas britânicos para visitarem Lisboa. Num país onde, para além de Lisboa, tudo estava praticamente por ser feito, a Sociedade Propaganda única responsável pela promoção do país durante quatro anos manteve-se muito ativa e inovadora.

A relevância dos seus membros, quer do ponto de vista social, quer cultural permitiu-lhes ver mais à frente constituindo-se como uma verdadeira elite capaz de desenvolver estratégias que viessem a favorecer o país nesta indústria que começava a insinuar-se no todo da economia. A Sociedade deu também relevo ao relacionamento com sociedades congéneres tendo sido

importante o facto de estar filiada na Federação Franco-Hispânica dos sindicatos de Iniciativa.

Em 1910 com a queda da monarquia e a implantação da República verificaram-se algumas transformações na sociedade com a predominância dos ideais republicanos.

A atuação da Sociedade foi intensa nos 4 anos que vão de 1906 a 1910, mas após a queda da monarquia Mendonça e Costa, por ser monárquico e alegando coerência moral, abandona a presidência da Sociedade sendo substituído pelo republicano, também sócio fundador, Magalhães Lima.

O papel da Sociedade passará a ser mais apagado pois neste período o Estado assumirá maior protagonismo criando a Repartição de Turismo. No entanto, a Sociedade, beneficiando da estreita relação que manteve com a Federação Franco-Hispano-Portuguesa, será responsável pela realização do IV Congresso Internacional de Turismo.

«A realização do certame em Lisboa trará inesperados dividendos políticos para a recém-instaurada República, a braços com algumas incómodas hesitações diplomáticas externas, designadamente espanholas. Com efeito, o acolhimento da importante reunião no país apresentar-se-ia, aos olhos da Europa, como significativa prova da aceitação internacional do novo regime.» (PINA, 1988, p.15)

A Sociedade, uma estrutura privada, conseguiu estruturar-se de modo a ser capaz também de apontar ao poder político as necessidades que para o sector seriam fundamentais como a questão das infraestruturas, as necessidades de equipamentos, a formação dos trabalhadores e neste aspeto foi pioneira

A realização do Congresso foi prestigante do ponto de vista político para a ainda jovem República revelando a capacidade de organização que o País demonstrou bem como o êxito que constituiu a receção aos turistas.

A importância do Congresso estende-se, de certo modo, à República demonstrando a confiança que lhe foi dada pelo envolvimento dos países participantes. No dia 12 de Maio de 1911 os trabalhos tiveram início na Sociedade de Geografia e das conclusões destaca-se a constatação da necessidade da criação de um organismo oficial de turismo, em Portugal.

Poucos dias após a realização do Congresso foi criado, no Ministério do Fomento, o Conselho de Turismo, apoiado por uma Repartição de Turismo.

Sebastião de Magalhães Lima “fugoso tribuno da propaganda republicana e Grão-Mestre da Maçonaria» (PINA, 1988, p.15), será o Presidente do Conselho de Turismo e da Sociedade Propaganda registando-se uma estreita relação entre ambos os organismos.

Com o final da Guerra o turismo internacional volta à ordem do dia para os países e a Sociedade de Propaganda terá um papel na representação externa. Abre em Paris um *bureau de renseignements*. À Sociedade caberá ainda incrementar pelo país as *Comissões de Iniciativa* criadas pela Lei de 1921 que promoveram localmente o turismo. Neste aspeto a Sociedade tinha a vantagem de não estar amarrada aos procedimentos burocráticos.

A Repartição de Turismo, integrada no Ministério do Fomento, quis na sua ação seguir o princípio republicano da abertura “ao mundo e à comunidade”.

A atração pelo gosto de viajar na sequência da revolução que se verificava ao nível dos transportes e que criava a ilusão de que a viagem estaria acessível a todos e prestes a tornar-se comum desenvolveu e justificou o papel destas estruturas. Portugal foi, assim, dos primeiros países, ao lado da Áustria e França a criar um organismo estatal para o turismo.

A Repartição e o Conselho de Turismo puderam contar com nomes que estiveram na criação da Sociedade como Manuel Brito Camacho (Ministro do Fomento), Sebastião de Magalhães Lima, presidente do Conselho de Turismo, Henrique Lopes de Mendonça, José de Ataíde diretor da Repartição relata como o Governo se empenhou nomeadamente para a instalação da República:

“O Sr. Sidónio Pais empregou as melhores diligências para satisfazer o nosso pedido tendo conhecido, depois de ter mandado esquadrinhar todos os cantos do Ministério, ali não havia possibilidade de a repartição ser instalada com decência. Entretanto convocámos pela primeira vez o Conselho de Turismo que reuniu na sala da Propaganda de Portugal [...]. (PINA. 1988,p.23)

Compreensivelmente mais importante que o espaço físico seria a concretização das primeiras medidas de apoio à jovem indústria. Era necessário um Projeto de Turismo e muita determinação para superar as imensas dificuldades que se apresentavam aos homens que tinham a seu cargo o turismo. Esta necessidade era sentida a todos os níveis da estrutura organizativa como demonstra o relato de José de Ataíde:

“Nós não estamos em situação de proporcionar, aos que querem viajar com comodidade e conforto, a forma material de o fazer. São maus os nossos hotéis, más as estradas, maus os meios de locomoção. De bom, temos apenas a matéria-prima (...). Não admira, pois, que se saia para o estrangeiro, onde as viagens se fazem em excepcionais condições de barateza, gastando-se em muitos casos pouco mais do que se gastaria aqui». (PINA, 1988, p. 25)

A reestruturação em 1920 do Ministério do Comércio e Comunicações que, em 1919, substituíra o Ministério do Fomento, cria-se a Administração Geral das Estradas e Turismo na qual é integrada a Repartição do Turismo e extinto o Conselho de Turismo.

Caminhava-se em Portugal para entrar no circuito dos viajantes pelo que era necessário algo mais, para além das infraestruturas, da qualificação dos que trabalhavam nos hotéis, restaurantes, monumentos, todos os que se dedicassem à indústria do turismo. A Sociedade foi a grande impulsionadora, fazendo justiça ao artigo 1º dos seus estatutos “O desenvolvimento moral, intelectual e material do país e principalmente esforçar-se por que ele seja visitado e amado por nacionais e estrangeiros” entre as várias ações que desenvolveu em prol do turismo destacam-se a edição de Guias.

“Para dar corpo à propaganda era necessário, por isso, produzir documentos que tornassem a vilegiatura mais cómoda. Eram comuns os manuais de viajantes, “espécie de versão laica das vias-sacras, com uma longa tradição europeia “e no século XIX, as empresas europeias especializadas no género, como as iniciadas por Adolphe Joanne ou Karl Baedeker, produziram “guias” sobre Portugal. “ (RAMOS, 1994, p.584)

A Sociedade de Propaganda de Portugal produziu roteiros (o Mapa excursionista, de 1907). “No *Manual do Viajante em Portugal* (na 4ª edição em 1913), Mendonça e Costa, tomando como base das deslocações o traçado do caminho-de-ferro, sugeriu três planos de excursão, que intitulou “Portugal em 40 dias”, “Portugal em 15 dias”, e “Portugal em 8 dias”. (RAMOS, 1994, p. 585)

O itinerário de Portugal justificou um dos mais ambiciosos empreendimentos dos intelectuais desta época, *O Guia de Portugal*, de 1924. Raul Proença, o seu organizador, “quis fazer dele uma espécie de resumo portátil de todo o saber que a sua geração produzira sobre Portugal.” (RAMOS, 1994, p. 585)

O *Guia de Portugal* é uma obra volumosa com 696 páginas e é apresentado, no prefácio de Raúl Proença, como sendo um guia «recomendado pela Repartição de Turismo e pela Sociedade de Propaganda de Portugal»:

«[...]um minucioso *roteiro* do País, constituído por um conjunto de “itinerários” e “indicações práticas” muito precisas, que possam levar o viajante, com a maior economia de tempo e dinheiro, e o maior proveito e gozo espiritual a todos os pontos do continente (rios e bosques, aldeias e cidades, cumes golpeados de montanhas, ou rochedos cenográficos do mar), que a história, a lenda, a beleza ou a arte tenham instituído em forçados lugares de peregrinação para todo o coração lusitano.» (PROENÇA, 2006, p. LIX)

O *Guia de Portugal* tinha, assim, um lado prático indicando monumentos, locais de interesse, hotéis, etc. Para Proença, porém, significava mais do que isso. O mundo, segundo diz no prefácio, está naturalmente encoberto por um “véu de névoa”. Não basta ensinar os caminhos aos turistas, é preciso criar a “obrigação de ver”, e de “ver fielmente” as coisas portuguesas. O *Guia* não era um manual de viajante: era um catecismo, como se Portugal fosse a meca dos portugueses”. (RAMOS, 1994, p. 585)

Mas quem visitava Portugal e Lisboa no início do século passado? Eram viajantes, turistas, homens de negócios? Sobre esta questão da definição e na escala qualitativa dos visitantes LOUSADA (2010) considera que:

«A história do turismo em Portugal, mau grado os trabalhos existentes, continua por fazer. Aquilo que sabemos diz sobretudo respeito à história institucional (e mesmo assim, dificilmente) e aos caminhos recentes da “indústria do turismo”, regra geral pela mão de geógrafos, economistas e gestores ou profissionais do turismo. O estudo do período de emergência e consolidação do turismo tem sido baseado, no fundamental, em documentos legais e nos vários tipos de guias turísticos, estando dominado pela história das representações.

Claro que não se pode ignorar que um dos problemas da história do turismo reside na dificuldade de obtenção de dados estatísticos relativos ao movimento de turistas, aos rendimentos disponíveis, aos investimentos nas infra-estruturas ligados ao alojamento e aos equipamentos de lazer, às estruturas de consumo dos diferentes grupos sociais, para além da necessidade de trabalhar com múltiplas fontes de natureza diversa.» (LOUSADA, 2010, p.67)

Não sendo fácil a caracterização de quem nos visitava, de onde vinha, porque vinha, era um facto que o número de viajantes aumentava e:

“Para ir ao encontro das suas necessidades e interesses publicavam-se guias, itinerários e mapas – data de 1855 o *Handbook for Travellers in Portugal*, lançado no mercado pelo editor londrino John Murray – divulgam-se os horários das diligências e dos novos comboios, publicitavam-se os destinos e os dias de partida dos vapores. Em 1841 é a vez de Thomas Cook fundar a sua famosa agência de viagens.» (CASTANHEIRA, 2007, p. XIII)

O período que antecedeu o século XX viu desembarcar em Lisboa diversos visitantes que viajam por prazer e que deixaram textos com as suas impressões. Destaca-se o caso pouco comum de Lady Jackson, viúva inglesa que viajava por prazer, e sem ser em família como era habitual na época. Lady Jackson visitou Portugal e publicou as suas “impressões de viagem” com o propósito, conforme deixou expresso na introdução, de “combater a arrogante, desdenhosa e ignorante opinião que os ingleses tinham de Portugal como um país atrasado, retrógrado, inculto, contrabalançando essa imagem detratada tantas vezes posta a circular por relatos de viagem de autoria britânica com uma obra que contribuísse para desfazer preconceitos e desse a conhecer o que este país ibérico tinha a oferecer de interessante e atraente ao viajante estrangeiro. (CASTANHEIRA, 2007, p. XIV)

Não sendo esta a primeira viagem que Lady Jackson fez a Portugal registou, contudo, melhorias e progressos no país ainda que se mantivessem os eternos problemas de pobreza e o pouco esclarecimento das populações.

Três anos depois da publicação do livro, em Londres, surge em Portugal a edição traduzida por Camilo Castelo Branco que mereceu um acolhimento entusiástico entre nós. «E não deixa de ser curioso constatar que, muitos anos volvidos, em 1916, o Ministério do Fomento, numa publicação da Repartição de Turismo, deram à estampa um opúsculo de distribuição gratuita, cujo título é, precisamente, *A Formosa Lusitânia*». (CASTANHEIRA, 2007, XVIII)

A publicação, destinada a promover Portugal, tinha logo no início um excerto do capítulo de introdução de *A Formosa Lusitânia* de Lady Jackson que enaltece as belezas do país.

CASTANHEIRA (2007) dá nota de que Camilo Castelo Branco na edição

traduzida, prefaciada e anotada por ele, para além das considerações sobre as imprecisões da escrita de Lady Jackson, refere também observações relacionadas com a própria tradução. Camilo Castelo Branco faz referência aos problemas de equivalência e de intraduzibilidade, justifica escolhas feitas, informa que manteve itálicos e suprimiu texto. (p. XX)

A *Fair Lusitania* e a tradução portuguesa feita por Camilo Castelo Branco é mais um dos exemplos de escritores tradutores que dedicam a sua atenção para a questão das viagens e do turismo como Fernando Pessoa que também se sentiu atraído, não só pela tradução, mas também pela questão do turismo e da divulgação do país no estrangeiro. Fernando Pessoa considerava também que a propaganda não deveria ser feita pelo Estado e defende (durante o Sidonismo) o modelo que esta deveria assumir, como indica Teresa Rita Lopes:

«[...]”a propaganda nacional e a propaganda comercial” deveriam ser desejavelmente feitas não pelo Governo, mas por uma entidade por ele “apoiada e subsidiada”. Está-se mesmo a ver que o “relatório” visava convencer o Governo – que seria, então, o daquele a quem chamou “O Presidente Rei Sidónio Pais” – a encarrega-lo, a ele e à sua firma, dessa tão necessária propaganda” (LOPES, 1997, 13)

Fernando Pessoa associou o turismo, desde o seu início, à ideia de Propaganda. No documento “Notas para uma campanha de propaganda da Costa do Sol”, Fernando Pessoa delineou as principais linhas da campanha:

«Quer como criativo de publicidade, quer como correspondente comercial, Fernando Pessoa trabalhou com Martins da Hora “até dois meses antes de morrer”. Pode ser que tenha sido durante esta convivência profissional com Martins da Hora, ou mesmo através dele, que Pessoa viu a sua atenção suscitada por um outro assunto publicitário, que estava na ordem do dia: a propaganda da Costa do Sol. Em meados dos anos 20, a Costa do Sol, sob o impulso do empresário Fausto de Figueiredo, começava a transformar-se numa das principais zonas turísticas do país.» (FERREIRA, 2005, p.138)

FERREIRA (2005) refere ainda que Fernando Pessoa analisa os objetivos a atingir indicando depois os tipos de publicidade recomendáveis, em obediência a três princípios: “o de esconder o mais possível” [...] o intuito publicitário»; o de evitar «o poliglótico impresso, preferindo folhetos em línguas separadas; e o de se cingir a “um âmbito de elegância».

4. *Lisboa: O Que o Turista Deve Ver / What the tourist should See* e o *Guia de Portugal* – diferenças e semelhanças

“Estende-se por 42 páginas dactilografadas de forma muito cerrada (que tem no Espólio as cotas entre 136-1 a 136-55). [...] Tem correcções e acrescentos manuscritos, indiscutivelmente do punho de Pessoa, introduzindo novas ideias e completando a informação já fornecida (o que faria só por si rejeitar a hipótese de ele estar a traduzir obra alheia). A máquina utilizada é uma das de que frequentemente se serve (não tinha máquina própria, por penúria!) num dos escritórios em que prestava serviços. O papel utilizado é semelhante ao que usa muitas vezes por medida de economia: folhas A4 de papel pardo, barato, por ele próprio cortado à mão de folhas maiores.” (PESSOA, 2007, p. 11)

No prefácio que Teresa Rita Lopes escreveu para a edição bilingue de *Lisboa: O Que o Turista Deve Ver/What the Tourist Should See*, refere que Fernando Pessoa tinha o propósito de escrever sobre Portugal. Um desejo de dar uma nova imagem do país invertendo o sentido da informação estrangeira sobre Portugal:

«Numa dessas folhas pardas Pessoa explica-se sobre as razões que o levaram a empreender uma “obra” que viesse destruir os erros e colmatar as lacunas da informação estrangeira a respeito de Portugal (Esp. 136-59): “For outsider Portugal, Portugal is a vague small country somewhere in Europe, sometimes supposed to be part of Spain [...]” (Esp. BN 136-59).

Numa outra folha (no verso de uma carta de 9 de março de 1914 escrita no papel timbrado duma das firmas para que trabalhou, Lavado, Pinto & C^a) explica-se sobre a obra (“work”) que intitula “All About Portugal” que ele quer dar a conhecer ao estrangeiro em língua inglesa: “The reader will find in this book all kind of information regarding Portugal, from geographical, ethnical and historical facts to details connected with commerce, literature and art (p.136-58)»(Ibidem). (PESSOA, 2007, p.11)

No prefácio de *Lisboa: O que o Turista deve ver/What the Tourist should See*, Teresa Rita Lopes faz também referência ao facto de no Espólio existirem outros textos de conteúdo que vão na mesma linha como os “Guide to travellers in Portugal” (144P-51v) ou “Guide books, desenvolvidos e resumidos, para touristes” (144G-8v). (Ibidem, p. 11)

O gosto pela viagem pelo simples prazer, o gosto pelo ócio, pela verdadeira viagem era a dominante de um modelo da viagem das elites:

«[...] em Florença, Stendhal desabafa: “porque” enfim eu viajo não para conhecer a Itália, mas por prazer». Há ainda os que, já por essa altura, se queixam da presença de outros viajantes – da “tribo de miseráveis” e “patetas ingleses” espantados, que passeiam embasbacados e desejando ao mesmo tempo ser poupados e magníficos. (LOUSADA, 2010, p.106)

A melhoria das condições de trabalho, a redução do horário, as férias pagas tornou possível estender o fruir dos tempos livres às classes que começaram a viajar dentro dos próprios países e também no estrangeiro e que puderam contar com transportes mais cómodos e mais rápidos, e hotéis adaptados ao gosto dos novos clientes. A viagem passou a ser mais rápida, as estadas mais curtas e os turistas mais numerosos.

Os guias turísticos, livros de grande utilidade para quem quer viajar, refletem bem o modo como se viaja, os hábitos dos viajantes, os gostos, o avanço ou retrocesso da economia e da tecnologia. Os guias adaptam-se, assim, aos tempos e começaram também a proliferar acompanhando o desenvolvimento do turismo que se verificava.

Fernando Pessoa seguindo esta corrente e sendo ele um homem de interesses diversos volta a sua atenção também para o turismo e para os turistas. No texto a que dá o nome de *Lisbon: what the Tourist Should See*, com 42 páginas dactilografadas, não indica linhas de orientação para publicação futura do guia e também não terá definido o público a quem destinava o seu guia.

Lisboa, no princípio do século, tinha um movimento intenso de passageiros. Lisboa era por isso uma cidade de chegadas e partidas de turistas, de pessoas que vinham em viagens de negócios. Fernando Pessoa, enquanto tradutor em casas comerciais, conhecia bem todo este movimento e pode bem ter pensado que o seu *Lisbon: What the Tourist Should See* seria útil não só aos que viajavam para realizar negócios, mas também para todo e qualquer turista.

E o que deve então ver o turista ou dizendo de outro modo o que lhe pode ser mostrado para que parta com a convicção que visitou uma cidade com a

dignidade que lhe outorga uma longa História.

Fernando Pessoa apresenta ao seu hipotético visitante uma Lisboa habitada apenas pelo essencial que o turista necessita para usufruir do que a cidade tem para lhe oferecer. A cidade tem assim um guia, um “cicerone” que domina o conhecimento sobre o que deseja mostrar, e tem também funcionários “eficientes”, prontos a tornar a viagem capaz de cumprir o seu propósito inicial, dar a conhecer Lisboa.

Quanto às pessoas, os habitantes que fazem a cidade e que são responsáveis pelos sons, pelos cheiros, pela cor, pela vida, não se dá por eles. É, por isso, uma cidade muito própria a cidade que Fernando Pessoa tem para mostrar ao turista. À exceção do contacto inicial, estritamente necessário para lhe assegurar e providenciar o maior conforto, o turista parece não manter qualquer tipo de relação com quem habita a cidade. A Fernando Pessoa apenas interessa mostrar os grandes feitos dos portugueses, as suas grandes construções e não as quotidianas e domésticas relações que constituem a vida de uma cidade. A cidade de Fernando Pessoa está assim desabitada, sem mácula, pronta a ser vista sem a contaminação que os habitantes possam fazer ao modelo concebido para agradar ao turista. Contudo, um pouco de forma inesperada, o autor deixa aberta a possibilidade de mostrar ao turista um dos “mais pitorescos bairros de Lisboa – Alfama”:

«O turista que pode passar alguns dias em Lisboa não deve deixar de visitar este bairro; ficará com a noção, que nenhum outro lugar lhe pode proporcionar, do aspecto que Lisboa tinha no passado. Tudo aqui evocará esse passado – a arquitetura, o tipo de ruas, os arcos e as escadas, as varandas de madeira, os verdadeiros hábitos do povo que aí vive uma vida cheia de rumor, de conversa, de canções, de pobreza e de imundície. » (PESSOA, 2007, p. 57)

O que deve ser visto é imposto. O guia não confere ao turista a autonomia que seria desejável de modo a deixar-lhe aberto caminho para outras experiências e espaço para criar o seu próprio roteiro, seguindo o desejo que hipoteticamente o teria feito querer fazer a visita. Mas Fernando Pessoa não deixa esse espaço ao visitante e leva-o consigo, numa viagem alucinante, a percorrer a Lisboa que lhe quer mostrar.

O guia *Lisbon: What the Tourist Should See* vem consubstanciar a afirmação de que estamos em presença de um texto que enaltece o Portugal

grandioso. A opção feita para a construção de uma narrativa que destaca todos os feitos, sobretudo no plano cultural, que vão demonstrar que o que é dado ver ao turista não está próximo da vulgaridade nem de uma existência mediana, apagada e baça. Antes pelo contrário, o turista visita uma cidade que reflecte o brilho de um povo que no passado foi viajante de descobertas que não podem cair no esquecimento. Decorre da leitura do texto a constatação de uma preocupação muito acentuada em demonstrar que tudo o que Lisboa tem para oferecer, é manifestamente de uma qualidade que chega a ultrapassar em muito o que outros países de superioridade reconhecida podem ostentar. Este desejo de querer mostrar que está ao alcance de Portugal concorrer com os países dessa Europa que não nos reconhece no mesmo plano de igualdade, é o que consideramos como o ponto fulcral deste Guia.

A sua vida profissional, os seus interesses tão diversos, o seu interesse sobre o panorama português e europeu justificaram a motivação de Fernando Pessoa por esta indústria ainda tão no começo e que encontrou nos viajantes que visitavam Lisboa o veículo de transmissão ideal para fazer chegar a sua mensagem.

Cinjamo-nos, no entanto, ao Guia, seguindo a versão traduzida para português, para darmos conta dessas indicações que são fornecidas desde logo pelo autor que começa por apelar aos sentidos do turista; a visão, o nobre sentido, que permite descortinar por entre a mancha que se avista e que a aproximação do barco proporciona. Uma aproximação que leva ao detalhe, à observação de maior pormenor, que deixará, assim, vislumbrar as cores que pintam a cidade.

Começa por receber o turista que entra em Lisboa vindo de barco. Para quem chega deste modo a cidade está preparada para receber o turista, mas também para os que escolhem outros meios de transporte, como o carro ou o comboio, a cidade apresenta todas as facilidades. Este aspeto realça o lado de desenvolvimento no que aos meios de transporte diz respeito. No entanto, é dada preferência ao automóvel que com a sua rapidez e facilidade de mobilidade.

«Desembarcar é fácil e relativamente rápido; costuma fazer-se num ponto da margem onde abundam os meios de transporte. Um trem, um automóvel ou então um simples eléctrico conduzirá o estrangeiro em poucos minutos ao centro da cidade. Ao desembarcar, tudo lhe é facilitado e, quanto a funcionários,

descobre que os há invariavelmente educados e prontos a darem-lhe todas as indicações que possa pedir, quer se dirija aos funcionários da Alfândega ou aos do porto, ou mesmo à Guarda Fiscal.» (PESSOA, 2007, p. 31)

Pessoa fala usando a 3ª pessoa do verbo. Dirige-se também ao turista viajante de forma indireta – «Desembarcar é fácil e relativamente rápido, costuma fazer-se num ponto da margem onde abundam os meios de transporte».

A viagem começa logo a seguir ao breve parágrafo sobre as cores do casario ao jeito de Bernardo Soares:

“Convidaremos agora o turista a vir connosco. Servir-lhe-emos de cicerone e percorreremos com ele a capital, mostrando-lhe os monumentos, os jardins, os edificios mais notáveis os museus – tudo o que for de algum modo digno de ser visto nesta maravilhosa Lisboa. [...] Pelo caminho mostrar-lhe-emos tudo o que merece ser visto.” (PESSOA, 2007, p. 33)

O autor estabelece de antemão o que se propõe fazer para dar a conhecer ao turista o que considera ser o mais importante, mas o turista não tem ao seu dispor um plano definido como aliás, por oposição, existe no Guia de Portugal. Mas à medida que a leitura do Guia vai avançando, constatamos existir esse tal fio condutor, uma estrutura onde encaixam todas as peças formando um todo coeso atendendo à mensagem que o autor considera importante e que se enquadra na vontade de transmitir toda a grandeza da cidade

E é logo à saída da Alfândega que começa o trabalho do cicerone dando assim a ideia da abundância de locais de interesse a mencionar. Convocado a observar o cuidado que por aqui é dado à conceção e preservação dos jardins, que existem em número suficiente para que o turista se aperceba que também existe o gosto de controlar a natureza trazendo para os espaços verdes da cidade as maravilhas naturais de espaços longínquos. “Mesmo em frente do cais que lhe fica ali à esquerda é a Rocha de Conde de Óbidos, uma elevação coroada por um bem tratado jardim». (PESSOA, 2007, p. 33)

Continua o relato que sugere ao turista que está numa cidade cujos monumentos são abundantes e gloriosos e neste parágrafo faz menção a mais dois jardins tendo um deles a estátua do Marquês de Sá da Bandeira, não faltando os pormenores descritivos que elucidam o turista acerca da

importância do papel que lhe coube na história de Portugal, bem como os esclarecimentos acerca do autor do projeto e dos materiais que foram utilizados para a sua execução.

Para melhor compreender a opção do autor para a estrutura do Guia começemos por analisar o uso de algumas palavras recorrentes que parecem levar-nos ao encontro do caminho que o autor pretende que o turista conheça.

Sabendo que os adjetivos têm o poder de dar sentido aos nomes, verificamos que são muitos e variados os que o autor utiliza. Atentemos no adjetivo "belo" que, sem dúvida alguma, é o mais utilizado pelo autor para melhor definir a beleza das tapeçarias, a entrada dos edifícios, as cascatas, as pinturas, as esculturas, os jardins, os parques de recreio, as estátuas, os espécimes, a Avenida da Liberdade ou a vista que se usufrui do Tejo. É grande a preocupação em demonstrar ao turista que a sua visita não será em vão, dada a beleza que está ao seu dispor na cidade e que em concreto a visita lhe proporcionará.

A seleção é cuidadosamente feita pelo autor que influencia o grau de atenção que o turista deverá dar a cada visita. Indica em muitos casos que determinado monumento, jardim ou estátua “merece” ser visto, mas não ao ponto da atenção que deve ser dada a outros como a indicação que faz para o caso dos Jerónimos:

«Alguns minutos mais e encontrar-nos-emos em frente do grande monumento que é o *Mosteiro dos Jerónimos*, uma obra-prima de pedra que todos os turistas visitam e nunca conseguem esquecer. É, de facto, o mais notável monumento que a capital possui. (PESSOA, 2007, p. 91)

Se muitas pinturas são belas também o são magníficas, assim como as figuras, o arco triunfal, a perspetiva, o lampadário, a engenharia antiga, o trabalho, o púlpito, as joias de pedra, os varandins, os espécimes, os mármoreos os edifícios. Muitas pinturas são indicadas pelo autor como sendo belas, mas também são famosas como a imagem do Senhor dos Passos, a Custódia da Sé ou o trabalho de Giuseppe.

Muitos outros adjetivos vêm contribuir para completar a elaboração da escala de interesse; se o adjetivo “belo” é o mais utilizado, “notável” é também usado com muita frequência. São notáveis os conjuntos de

edifícios, as fachadas, as igrejas, as custódias, as coleções, as bibliotecas. Para descrever os jardins o autor faz uso, em abundância, do adjetivo belo. Mas os edifícios também são vastos assim como os espaços. Esplêndidas são as esculturas e amplas as salas.

Recorre ao adjetivo “grande” para as pinturas existentes nos vários museus, as portas envidraçadas, a Av. da Liberdade, o Palácio Foz, o progresso ou as impressoras do jornal *O Século*, ou o grande estadista português ou o grande número de pequenas lojas.

O adjetivo “maior” serve para ajudar a comparar – Do lado Norte da praça, perpendiculares ao rio, há três avenidas paralelas; a do meio parte de um magnífico arco triunfal de grandes dimensões, indubitavelmente um dos maiores da Europa, [...] O Coliseu dos Recreios é um dos maiores teatros e circo. (p.65)

O elemento de grandeza predomina ainda quando se refere à dimensão de um monumento «[...] o grandioso templo foi construído em 1147 por D. Afonso Henriques [...]» ou à grandeza dos estadistas e escritores “No piso térreo é a biblioteca, fundada pelo Marques de Pombal; o grande historiador Alexandre Herculano e o célebre escritor Ramalho Ortigão foram dois dos seus mais notáveis bibliotecários.” (p. 115) Ou ainda quando se refere a Camões “Entramos agora na *Praça Luís de Camões*, no meio da qual se encontra o monumento ao grande poeta épico [...]».(p.71)

No guia *Lisboa: O que o Turista Deve Ver/ What The Tourist Should See* é dado ao rio Tejo um papel de destaque, sendo mencionado diversas vezes: «À medida que o barco avança, o rio torna-se mais estreito, para logo alargar de novo, formando um dos mais largos portos naturais do mundo, podendo nele ancorar as maiores frotas» (p.31) O rio é largo e capaz de se encher de grandes embarcações, agora e no tempo das descobertas, foi daqui que partiram usando esta largueza de águas: “O quarto lado, ou lado Sul, da praça é bordejado pelo Tejo, muito largo neste sítio e sempre cheio de embarcações, mais à frente e logo a seguir” (p.35); [...] desejam ver entrar no Tejo uma frota particularmente vistosa [...] (p. 113). O Tejo é também prazer para o olhar pois tem “ampla vista “, uma “bela vista do Tejo” ou uma “belíssima vista”(p.51).

A primeira vez que o autor menciona a quantidade de turistas que visitam os monumentos da cidade, apresenta o número de 20 000 para dar a

conhecer quantos visitam anualmente o Panteão. (p.55) Mas muitos mais números vão surgir à medida que o turista vai avançando pela cidade. A altura das estátuas, o preço dos edifícios, o número de pedras preciosas das custódias ou o seu peso em ouro, são números que só por si atestam a grandeza e a riqueza do património que a cidade tem para oferecer ao turista.

O turista não corresponde a qualquer dos quadros tipos que nos são dados no *Guia de Portugal*. Para Fernando Pessoa o turista parece não ter idade, sexo ou classe social, é apenas alguém que queira vestir a pele do turista interessado e capaz de assimilar e aceitar o que o “cicerone” lhe quer mostrar – uma cidade despojada de tudo o que não é relevante, uma cidade perfeita, moderna e cosmopolita e são muitas as vezes que neste guia o turista é mencionado: o turista pode passar alguns dias; o turista deixa o automóvel (p.59), o visitante (p.67), “o turista com sentido artístico deve deixar-se atrair” (p.75), “Tendo chegado até este ponto o turista não deve agora deixar de visitar [...]” (p. 81).

Ao automóvel é dada particular importância no guia, andando lado a lado com o turista, dizendo Pessoa a propósito: «deixemo-lo tomar o seu lugar conosco num automóvel e seguir para o centro da cidade.” (PESSOA, 2007, p.33).» No guia, as praças de automóveis rivalizam ainda de certo modo com as praças de trens (p. 51), sinais de um tempo em que o trem assegura o transporte de pessoas dentro da cidade.

O autor com muita frequência, praticamente sempre que é mencionado o automóvel, utiliza o possessivo “nosso” dando a ideia de uma aproximação com algo que não lhe é estranho e que de certo modo domina. Este é o nosso automóvel e não outro qualquer que levará o turista a percorrer as ruas da cidade. O automóvel vai “andando”, “descendo”, “sobe”, “cruza”, “atravessa”, “anda”, “volta” “para” sempre com o turista.

No sentido de dar a conhecer o imenso património, que o autor considera existir na cidade, descreve com pormenor os que lhe parecem relevantes. Entre eles a Câmara Municipal que é mais um dos monumentos que merecem, como o autor gosta de dizer, a visita e a atenção do turista. Está o turista em presença de um dos mais belos edifícios da cidade cujo conjunto foi obra do arquiteto Domingos Parente. (p.35)

A descrição do edifício da Câmara, «um dos mais belos edifícios da

cidade» (p.35), é exemplar enquanto a sua descrição serve como modelo de outros que se seguirão ao longo da viagem que este cicerone fez acompanhando o turista pela cidade de Lisboa.

Fernando Pessoa pretende ainda, para além da divulgação das riquezas patrimoniais da cidade, divulgar o nome dos criadores que estão na origem destes monumentos o que é uma constante ao longo do guia de Fernando Pessoa.

No Portugal de 1911 o analfabetismo rondava os 80%, por isso, a República, cuidando da formação individual dos cidadãos, deu início a um conjunto de reformas e de medidas no ensino. Às escolas foi dada grande atenção por parte do governo republicano que decretou uma instrução oficial, pública e obrigatória. As instituições culturais, as bibliotecas as universidades populares faziam também parte deste exército que tinha como fim combater o analfabetismo e promover a valorização pessoal, princípios fundamentais da República.

Neste guia a escola tem, também, um lugar de relevo pretendendo o autor mostrar ao turista que a divulgação do saber, a arte e a cultura eram comuns em Portugal.

Na referência às escolas é também de notar a intenção de dar a conhecer ao turista que desde há muito que a criação de uma instituição como a Escola de Belas Artes, fundada em 1837, oferecia ensino de qualidade e, para que a afirmação não deixe dúvidas, refere o autor que pintores reconhecidos como Columbano, Carlos Reis, Salgado e Luciano Freire têm ali os seus estúdios.

No edifício do antigo convento de São Francisco da Cidade onde funciona a Escola está também instalado o Museu Nacional de Arte Contemporânea e a Biblioteca Nacional.

O autor, querendo evidenciar o prestígio do Museu, não hesita em enumerar os pintores que ali estão expostos: Sequeira, Columbano, José Rodrigues, Neves Júnior, Malhoa, Salgado, Veloso, Carlos Reis, Ramalho, Luciano Freire, Condeixa, Jorge Colaço, João Vaz, Acácio Lino, Sousa Lopes, Falcão Trigoso, Cristino da Silva, Bordalo Pinheiro, Miguel Ângelo Lupi, Tomás J. da Anunciação, Alfredo de Andrade, Visconde de Menezes, António Manuel da Fonseca, Francisco Metrass, Assis Rodrigues, Vítor Bastos, Simões de Almeida, Alfredo Keil, Moreira Rato, Silva Porto, Bonnat, Alberto Bernard,

Sousa Pinto, Angel, Paul Laurens, Trigo Salgado, Artur Loureiro, Munoz, Degrain; uma lista minuciosa, para que ao visitante não falte informação acerca do acervo do museu. (PESSOA, 2007, p.65)

Em *O modernismo na Arte Portuguesa*, FRANÇA (1973, p. 6) considera que a mudança de regime que se verificou em 1910 veio alterar a mentalidade ou o modo de encarar a área das artes. Foi um momento em que Malhoa passou a conviver em termos de gosto com novas expressões artísticas vindas de homens como Almada Negreiros, Souza-Cardoso, Sónia Delaunay, Eduardo Viana ou os humoristas que estudavam em Paris e que em 1920 fizeram uma “exposição livre” em Lisboa.

Escritores de duas gerações passaram a conviver em Portugal, mas foi sobretudo na escultura que o novo gosto parece ter sido assumido mais claramente. José Augusto França aponta os dois últimos monumentos académicos da capital, de Pombal e da Guerra Peninsular, inaugurados no início dos anos 30, como representantes da morte da escultura oitocentista.

Em 1922 Pacheco publicou a “Contemporânea”, uma revista que representa um passo importante no movimento modernista em Portugal. “A Contemporânea não tem uma teoria original nem comporta qualquer reflexão crítica inovadora: é sobretudo a sua presença que conta “. (FRANÇA, 1991, p.72) Todavia, esta intensa atividade que existia em Lisboa no período em que o Guia foi escrito acaba por não se refletir nas suas páginas.

A preocupação de causar boa impressão ao turista é notória e depreende-se das palavras do autor, “o aspeto geral da praça é de molde a produzir uma agradabilíssima impressão aos mais exigentes turistas”. (PESSOA, 2007, p.37)

O autor não hesita assim em enumerar detalhadamente os autores dos trabalhos que são dados ver ao turista e o mesmo orgulho expositivo se pode constatar em relação à descrição do acervo da *Biblioteca Nacional*. A biblioteca fundada há mais de cem anos com o nome de *Real Biblioteca Pública da Corte*, com os livros que formavam a livraria da *Mesa de Censores*.

Em relação a este património que o autor considera muito relevante atendendo ao cuidado com que refere o número de volumes ali existentes as salas que a biblioteca apresenta, a sala de leitura pública, a dos ficheiros, a dos periódicos, a tipografia, os serviços, o gabinete de estampas e a “importantíssima sala dos Livros reservados”. Verifica-se mais uma vez, que o

autor deixa transparecer o desejo de realçar esta sala no todo da Biblioteca com a utilização do adjetivo importante no grau superlativo absoluto.

O Turista saberá assim que ao aceder ao espaço desta Biblioteca tem ao seu dispor:

“[...] as mais raras obras, verdadeiras relíquias bibliográficas, algumas delas exemplares únicos espécimes com encadernações e ilustrações raras, manuscritos, moedas, e muitos documentos escritos de todos os géneros, formando todo este conjunto uma colecção bibliográfica merecedora do maior cuidado possível.”(Pessoa, 2007, p. 67)

O autor, continuando na linha do detalhe de informação, inicia a abordagem de uma outra questão que aparecerá aos olhos do turista mais como um manifesto do que como uma informação puramente de carácter turístico. Neste período em Portugal os edifícios que albergavam os espólios tinham deficiência que foi necessário ir colmatando para que ganhassem a qualidade e a dignidade que os tempos modernos e o desenvolvimento do turismo iam exigindo.

Este assunto, que poderíamos considerar como de bastidor, vem a lume através do relato do autor que introduz no texto expressões como esta “quase se pode dizer que esta e as outras secções da biblioteca são objeto de cuidadosa vigilância”. Mais adiante o autor acrescenta “A Biblioteca distingue-se agora pela limpeza e pelas boas instalações, considerando especialmente que o edifício não é o mais apropriado para este fim”.

Vai mais longe o autor ao considerar que desde que foi nomeado diretor o Dr. Jaime Cortesão, a “Biblioteca tem tido um marcante e bem necessário progresso”.

Contrariamente ao que seria de esperar, o texto de Fernando Pessoa não incluí no espaço da biblioteca referência aos escritores nacionais que vão aparecer apenas na descrição das estátuas que se encontram em alguns jardins da cidade.

Estes são os traços modulares da construção do texto *Lisboa: O que o Turista Deve Ver/ What the Tourist Should See* e se o compararmos com o *Guia de Portugal* de Raul Proença encontramos diferenças, mas também inúmeras semelhanças.

Fernando Pessoa não incluiu no seu texto um prefácio de cariz

programático ao contrário do *Guia de Portugal/Generalidades Lisboa e Arredores*, que a Biblioteca Nacional publicou em 1924 e a Fundação Calouste Gulbenkian reeditou posteriormente, que apresenta um prefácio que Raul Proença redigiu e que caracteriza as linhas orientadoras do guia.

A organização da informação no *Guia de Portugal* está sistematizada de modo a dar a possibilidade ao turista de poder organizar a viagem. Neste guia o turista pode saber, relativamente ao ponto do país que quer visitar, o clima, os usos, os horários e os preços. O guia apresenta também vários índices que facilitam a consulta.

Neste aspeto, o guia *Lisboa: O Que o Turista Deve Ver/What the Tourist Should See* não sistematiza a informação em áreas específicas, mas vai dando à medida que a necessidade dessa mesma informação vai surgindo.

Fernando Pessoa escreve este texto em inglês, fazendo uso, mais uma vez, do seu conhecimento da língua inglesa enquanto Raul Proença apresenta o seu *Guia de Portugal* escrito em português, mas tem, no entanto, logo no início a seguinte indicação:

«Esta edição, pelas minúcias a que desce e pelo carácter crítico que por vezes assume, é sobretudo destinada ao uso dos Portugueses. Em breve serão publicados resumos em francês e inglês.» (PROENÇA, 2006, p.VII)

Fernando Pessoa ao escrever em inglês estava como se depreende a dirigir o seu texto a uma entidade abstrata que se consubstanciaria na figura do turista estrangeiro, ora, o turista foi em primeira instância o viajante inglês. Escrevendo em inglês o autor sabia que iria alcançar mais rapidamente o turista, vindo de fora e predisposto a visitar com o autor “cicerone” essa mesma Lisboa que ele lhe quer mostrar, e que receberia a mensagem sem qualquer forma de ruído a criar dificuldade.

O texto de Fernando Pessoa, *Lisboa: O que o Turista Deve Ver/What the Tourist Should See* e o *Guia de Portugal* de Raul Proença embora tendo sido escritos sensivelmente na mesma altura apresentam como se verifica diferenças importantes, entre eles, nomeadamente o volume de informação disponível e a forma como essa informação é apresentada.

O *Guia de Portugal* apresenta uma disposição dos assuntos de modo a dar uma ideia sobre o país e em particular sobre Lisboa. Apresenta sobre Portugal informação de carácter genérico, informação sobre a geografia, história, arte e esclarecimentos práticos. Apresenta, também, informação de carácter genérico sobre a Estremadura, e informação sobre Lisboa e arredores.

Quanto ao texto do guia *Lisboa: O que o Turista Deve Ver/What the Tourist Should See* verificamos que tem uma apresentação muito diferente desta. Fernando Pessoa construiu como que um itinerário que segue fielmente para mostrar a cidade percorrendo todos os pontos que considera com interesse. A ação desenrola-se com o início da viagem, logo após a chegada do turista a Lisboa, e termina com “Uma visita a Sintra Via Queluz”.

Quanto à organização do material de interesse turístico para o visitante, são também muitas as diferenças, sobretudo no modo como cada guia está estruturado. Se tomarmos como exemplo a informação sobre os hotéis, verificamos que a diferença entre os guias nesta matéria é grande.

Fernando Pessoa não dá a este item mais atenção do que a necessária para alojar o turista num quarto. Não vemos neste guia qualquer alusão à qualidade dos hotéis, que na época eram, se não quase todos pelo menos a grande maioria, de má qualidade. Fernando Pessoa parece não querer dar a entender ao turista que o país tem um problema no que diz respeito ao alojamento, realçando apenas que, em Lisboa, o turista tem assegurado um mínimo de hotéis de qualidade concentrados na zona da estação do Rossio:

«Estamos, pois, agora precisamente no centro de Lisboa. O turista, quer tenha chegado de barco ou tenha desembarcado aqui na estação, está agora no lugar indicado para escolher hotel, supondo que não tenha de partir neste mesmo dia. De facto, os principais hotéis estão situados aqui no Rossio, ou muito perto.» (PESSOA, 2007 p. 41)

[...]

«Tendo acabado de fazer esta curta mas interessante visita a Lisboa e visto tudo o que é mais interessante ou, pelo menos, mais susceptível de interessar o turista, especialmente se a arte e a beleza o atraem, é natural que queiramos agora voltar ao hotel, que, como já foi dito, será muito provavelmente um dos que se encontram em pleno coração da cidade.» (PESSOA, 2007, p. 109)

Ao contrário da opção tomada por Fernando Pessoa para a descrição, o *Guia de Portugal*, apresenta, relativamente aos hotéis, uma redação bastante mais extensa e pormenorizada:

«Em algumas cidades importantes, praias, termas, etc., hotéis s de 1ª e 2ª ordem com todas as comodidades desejáveis. Os do Buçaco e Vidago podem equiparar-se aos melhores de toda a Europa no seu género. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Bom Jesus, Viana do Castelo, Santa Luzia, Vila do Conde, Santo Tirso, Entre-os-Rios, Vizela, [...] encontram-se ainda hotéis confortáveis e bem instalados. Quase todos eles mandam às estações de caminhos de ferro *corretores* encarregados de angariar hóspedes; mas o carro de hotel (com uma ou outra excepção, como em Santa Luzia) quase inteiramente desconhecido em Portugal.

Em alguns hotéis de terceira ordem, se não se encontra o luxo de aqueles, se surpreendido muitas vezes por um tratamento mais cuidado e mais abundante, embora mais familiar: assim nas Caldas de Lafões se muito melhor servido que em Viseu, e as refeições de certo hotel de Barcelos em comparação com as dos hotéis de Viana, verdadeiramente pantagruélicas. Em Fafe um ou dois hotéis modestíssimos encantam pelo asseio e conforto. Infelizmente nem todas as terras importantes do país acompanharam este movimento, e vemos cidades e capitais de distrito, como Beja, Guarda, Guimarães, cujas hospedarias, que se decoram com o pretensioso nome de hotel não excedem em comodidade e limpeza as antigas estalagens.

Queixam-se sobretudo os viajantes estrangeiros, e com razão, da dureza dos nossos leitos. No norte vão mesmo ao extremo de encher as almofadas e travesseiros com folhelho ou serradura, fazendo assim um poiso de cabeça insuportável. Em alguns hotéis de 2ª ordem chegam a faltar as casas de banho o que é para o forasteiro o índice mais sensível de atraso em que ainda se encontra Portugal. Há que desenganarmo-nos. Nenhum europeu civilizado se pode resignar facilmente a tamanha penúria e desconforto [...].» (PROENÇA, 2006, p. 150,151)

Para dar resposta a questões desta natureza, o turismo precisava de estruturas de organização que permitissem ao Estado compreender as circunstâncias, apetrechar o país das necessárias infraestruturas e delinear estratégias de divulgação.

Todavia, Portugal atravessava um período difícil da sua história, para trás tinha ficado uma monarquia, que não soube acompanhar os novos tempos. A República, com a vontade de transformação que lhe estava associada, debatia-se com problemas de variadíssima ordem, sendo a instabilidade política a que causava maiores danos impedindo que a economia florescesse e por conseguinte também a sociedade com maior equilíbrio e justiça. A Guerra e os prenúncios da recessão que se viria a instalar completou o quadro de agravamento contribuindo para afastar a acalmia necessária à indústria que aí vinha – o turismo.

Entre os dois guias existem, todavia, também muitas semelhanças, sobretudo no que diz respeito às descrições que são feitas para o património edificado existente na cidade de Lisboa.

Se as diferenças são, no essencial, as que referimos, as semelhanças são também assinaláveis e residem fundamentalmente no modo como os temas são apresentados. Ambos os textos dão atenção à autoria dos monumentos, às dimensões ou ao material usado para a sua execução:

Tomemos o seguinte exemplo, que podemos ler no texto do guia *Lisboa: O Que o Turista Deve Ver/ What the Tourist Should See* sobre a estátua de D. José que se encontra no Terreiro do Paço:

«No centro da praça fica a *estátua equestre* de bronze do rei D. José I, uma esplêndida escultura de Joaquim Machado de Castro, fundida em Portugal, de uma só peça, em 1774. Tem 14 metros de altura. O pedestal é adornado com magníficas figuras representando a reconstrução de Lisboa depois do grande terramoto de 1755. Há uma figura segurando um cavalo que esmaga o inimigo sob as patas, outra com as insígnias da Vitória, a Fama num outro grupo; e o conjunto é verdadeiramente notável. Além disso, podemos aí ver as Armas Reais e o retrato do Marquês de Pombal, assim como uma alegoria que representa a Generosidade Real levantando Lisboa das ruínas. O monumento, acessível por degraus de mármore, é circundado por altas grades alternando com colunas.»(PESSOA, 2007, pp. 35-37)

O mesmo monumento é descrito no *Guia de Portugal*, do seguinte modo:

“Estátua equestre de D. José a primeira que em bronze se fundiu em Portugal. É devida ao cinzel do grande escultor Joaquim Machado de Castro, tendo sido dirigida a obra de fundição pelo tenente-general de engenharia Bartolomeu da Costa. «A estátua foi fundida no Arsenal do Exército, de um só jacto, em 15 de Outubro de 1774. No dia 22 de Maio do ano seguinte começou a sua transferência para o Terreiro do Paço, no que se levou três dias e meio [].O monumento mede 14m. de altura e representa em bronze o rei D. José olhando o Tejo, montado também sobre um soberbo cavalo também de bronze”. O bloco do cavalo e cavaleiro, a nobreza de porte do soberano, a graça e arranco no *piaffer* do ginete, e até a estranha, glauca patina da estátua, tão bem se casando com o azul profundo do Tejo que parece a sua natural emanção artística, fazem deste monumento, sejam quais forem os seus defeitos, uma das mais distintas estátuas equestres de toda a Europa.(PROENÇA, 2006, 207)

No guia *Lisboa: O Que o Turista deve ver/ What the Tourist Should See* o autor descreve em pormenor alguns monumentos para destacar e enaltecer os feitos que justificaram a sua construção. Atendendo ao relevo e papel desempenhado em favor da História de Portugal representados nesses monumentos, o autor dá especial atenção aos arquitetos, à qualidade dos materiais, aos pintores etc. Todavia, no que diz respeito aos escritores, o autor dá a atenção que lhe merece a descrição do monumento não indo mais além para mencionar um ou outro ponto de relevância que o turista gostasse de conhecer acerca do escritor.

“Entramos agora na Praça *Luís de Camões*, no meio da qual se encontra o monumento ao grande poeta épico, obra do escultor Vítor Bastos, inaugurado em 1867. A estátua é de bronze e o pedestal exhibe as estátuas de pedra do historiador Fernão Lopes, do cronista Gomes Eanes de Azurara, do cosmógrafo Pedro Nunes, dos historiadores Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros e dos três poetas Jerónimo Corte-Real, Vasco Mouzinho de Quevedo e Francisco de Sá de Menezes. O monumento tem 11 metros de altura e o espaço livre em que se encontra está rodeado de árvores, onde uma legião de visitantes alados disputa as folhas no Inverno.” (PESSOA, 2007, p. 71)

Por seu lado Raul Proença apresenta o monumento de modo mais sintético ainda que focando os mesmos pontos que Fernando Pessoa:

“A estátua de Luís de Camões, do escultor Vítor Bastos, inaugurada em 28 de junho de 1867. A estátua de bronze, com 4 m de alt., assenta sobre um pedestal octógono de 7,5m, rodeado de oito estátuas de 2,40m, em pedra noz, representando vultos notáveis das letras: o historiador Fernão Lopes, o cosmógrafo Pedro Nunes (...)” (PROENÇA, 2006, p.217)

No guia *Lisboa: O Que o Turista Deve Ver/What the Tourist Should See* o autor, seguindo o critério que definiu, descreve o monumento a Eça de Queirós de forma breve analisando os principais pontos visíveis:

«Descendo um pouco a Rua do Alecrim, encontramos, no Largo do Barão de Quintela, a estátua do romancista Eça de Queirós, de Teixeira Lopes, inaugurada em 1903. A principal figura, de mármore, representa a Verdade – uma figura feminina nua com o corpo ligeiramente velado por um véu de gaze. Por detrás e em plano mais elevado está o busto do romancista. Na base está gravada a frase do grande autor na qual o escultor se inspirou “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”. (PESSOA, 2007, p. 71)

O Guia de Portugal apresenta a mesma descrição focando os pontos comuns como a data, o autor, no entanto, Raúl Proença introduz aqui pormenores de natureza subjetiva:

«O momento inaug. em 9 de Novembro de 1903, representa a *Verdade* contemplada pelo olhar penetrante do romancista. Na base da estátua a inscrição “Sobre a nudez forte da Verdade o manto diáfano da Fantasia”, com que o grande prosador, um dos maiores talentos literários do séc. XIX em toda a Europa, epigrafou uma das suas obras-primas, a *Relíquia*. Se o busto do escritor e a estátua da Verdade, tomados isoladamente, são duas belas criações artísticas, faltam, porém, ao monumento essa harmonia e essa grandeza de concepção que caracterizam outras obras de Teixeira Lopes.» (PROENÇA, 2006, p. 215)

O mesmo critério vai encontrar para a descrição do monumento a Pinheiro Chagas. No guia *Lisboa: O Que o Turista Deve Ver/What the Tourist Should See* na pequena alusão ao monumento, Fernando Pessoa faz, como é seu uso, descrições mais curtas

“Um pouco mais acima, à direita, encontra-se um pequeno mas interessante monumento a *Pinheiro Chagas*, escritor e jornalista: o monumento representa-o a ele e à heroína de um dos seus dramas e foi erigido por iniciativa do semanário *Mala da Europa* em 1908. (PESSOA, 2007, p. 43)

No *Guia de Portugal* vamos encontrar uma descrição muito semelhante à que se encontra no texto de Fernando Pessoa:

«Entre a R. dos Condes e o Largo da Anunciada ergue-se um monumento de modestas proporções em homenagem ao escritor Manuel Pinheiro Chagas, mandado erigir em 1908 pelo jornal *Mala da Europa*, obra do escultor Costa Mota tio. O monumento representa o busto do escritor sobre um plinto em que se vê uma figura de mulher, em bronze, do tamanho natural, que memora a protagonista da sua melhor peça dramática, a Morgadinha de Val-Flor».(PROENÇA, 2006, p. 249)

No que diz respeito ao teatro os dois guias são pródigos em informação sobre o Teatro Nacional de Almeida Garrett e Teatro de S. Carlos.

O Guia de Portugal descreve o *Teatro de S. Carlos* dando uma lista de pormenores bastante volumosa:

«Foi construído por uma sociedade de capitalistas em terrenos

de um deles, o depois barão de Quintela e conde de Farrobo, segundo o risco do arquitecto José da Costa e Silva, inspirado no S. Carlos de Nápoles, que ardeu em 1816. As obras fizeram-se em seis meses, no ano de 1792, importando as despesas em 166 contos e sendo a inauguração em 30 de Junho de 1793, com a ópera de Cimarosa, *La Ballerina amante*.

A fachada dum sobriedade de linhas que não exclui a verdadeira beleza. O cunhal O., entrevisto do Chiado na embocadura da R. de Serpa Pinto, um bom pedaço da arquitectura da época.

A entr. para o teatro faz-se sob arcadas de cantaria, sobre as quais assenta um terraço. No *salão de entrada* tecto pintado por Volkmar Machado (queda de Phaetonte).

Sobre ele e no segundo pavimento o *salão nobre*, concl. Em 1796. A *sala de espectáculos* é imponente, com 5 ordens de camarotes e 600 lugares de plateia. A antiga tribuna real ocupa o espaço de três ordens de camarotes. A sala, de condições acústicas admiráveis, de forma elíptica, tendo o eixo maior 23,6m e o menor 16.6m.

A boca de cena mede 14,21m junto à sala é guarnecida lateralmente por duas colunas compósitas, de madeira, adornadas de figuras alegóricas. Sob o vão um relógio com mostrador. Trabalharam como pintores do teatro Volkmar Machado, Manuel da Costa, Gaspar José Raposo e Giovanni Appianni.

Naquele palco têm passado as maiores notabilidades musicais, desde o castrato Crescentini até Titta Rufo, com passagem por Guerrini, Pandolfini, Gayarre, Bonci, Giraltoni, Renault, etc. Neste teatro realizaram concertos e tomaram parte na direcção de orquestras homens como Toscanini, Mancinelli, Saint-Saens, Lizst, Mascagni, Leoncavallo, Ricardo Strauss, sem falar nos *virtuoses* célebres, como Paganini, Rubinstein e Padarewsky. Recentemente têm ali funcionado companhias de declamação». (PROENÇA, 2006, 232)

Também a descrição do Teatro Nacional de Almeida Garrett é no *Guia de Portugal* bastante desenvolvida.

«A fachada principal é guarnecida dum nobre peristilo sustentado por seis grandes colunas jónicas que haviam pertencido à fachada da igreja de S. Francisco da Cidade (p. 220). A estátua de Gil Vicente, comediógrafo do séc. XVI e patriarca do teatro nacional, modelada por Assis Rodrigues, sobrepuja o frontão, cujos acrotérios são ornados com as estátuas de Thalia e Melpomene, modeladas por aquele artista e desenhadas por António Manuel da Fonseca. O grupo de figuras de alto relevo que ocupa todo o tímpano e representa Apolo e as Musas foi desenhado por Fonseca e executado por portugueses e italianos. Nos moldurados que estão sobre as 17 janelas do andar nobre avultam em meio relevo vários bustos de escritores. No átrio da fachada quatro grandes tabelas com moldurados em que se representam em meio relevo as quatro partes do dia, desenhadas e modeladas por Fonseca e Assis

Rodrigues, e executadas por italianos e portugueses.»
(PROENÇA, 2006, p. 199)

Fernando Pessoa descreve-os não deixando de incluir algumas notas acerca do funcionamento de ambos os teatros. Para o *Teatro Nacional de Almeida Garrett* assinala a data da sua construção, o nome do arquiteto bem como o nome dos escultores responsáveis pelas estátuas que decoram a fachada. Para Fernando Pessoa o interior do teatro é “igualmente interessante, sendo a própria sala de teatro admirável, com o tecto pintado por Columbano. A entrada é também muito bela”. (PESSOA, 2007, p. 39)

Todavia, o autor não faz qualquer alusão às peças ali representadas, nem a atores nem a dramaturgos ao contrário do que acontece com a descrição que faz para o *Teatro de São Carlos*:

«Edificado em 1792, em homenagem à Princesa Carlota Joaquina de Bourbon, por iniciativa de vários comerciantes e capitalistas de Lisboa, sendo seu arquitecto José da Costa e Silva. As obras começaram a 8 de Dezembro desse ano e seis meses depois o teatro estava acabado, tendo sido inaugurado em 30 de Junho de 1793 com a ópera de Cimarosa *La Ballerina Amante*.

É este um teatro de primeira classe, e aqui têm sido ouvidas as maiores celebridades vocais do mundo, como, por exemplo Tamagno, Gayarre, Patti, Battistini, Bonci, Barrientos, Caruso, Tita Rufo, Regina Paccini, Francisco e António de Andrade, etc. Ele tem recebido maestros como Saint-Saens, Toscanini, Mascagni, Strauss, Liszt, Mancinelli, Leoncavallo, Victorino Guy, Tullio Serafin etc. O próprio edifício é interessante, com uma varanda sobre a arcaria[...]

A sala de espectáculos, de forma oval, é majestosíssima e bem concebida; a decoração, toda em dourados, é da autoria de Manuel da Costa; e as condições acústicas da sala são perfeitas. [...] É pena que ele esteja presentemente a ser utilizado por companhias de teatro e não de ópera.» (PESSOA, 2006, p. 69)

Ambos os guias apenas referem estes dois teatros, no entanto a cidade é particularmente entusiasta pelas artes da representação, conforme se pode ler no artigo “O Lisboeta e o teatro – de como «a mulher de mármore» não é melhor nem pior do que as outras operetas austríacas – A atriz cantora D. Maria Judice da Costa”, publicado na *Ilustração Portuguesa* de 3 de novembro de 1913: «O lisboeta tem dois grandes vícios: a política e o teatro. Na política, como espectador, uma aspiração

permanentemente o agita: a queda do governo, seja qual for o governo. No teatro, a queda da peça, seja qual for a peça.”

No capítulo das diversões, os autores não esqueceram que o turista apreciaria também, para além das visitas aos jardins, monumentos e palácios, de usufruir de momentos lúdicos e nesse aspeto a cidade é rica na oferta de locais de grande qualidade. Aliás, como refere a propósito Fernando Pessoa:

«Distracções para a noite não faltam, visto que há teatros de primeira qualidade e outra diversão semelhante mas, para que o turista tire o melhor partido da sua estada entre nós, seja-nos permitido levá-lo ao edifício onde está instalado o Clube dos Restauradores (Maxim's).» (PESSOA, 2007, 109)

O Maxim's não está instalado num qualquer edifício, mas no antigo Palácio Foz e o autor aprofunda a sua descrição particularizando a data da construção, o século XVII, e o nome do arquiteto, o italiano Fabri. Os proprietários, Marquesses de Castelo Melhor e posteriormente o Marquês da Foz que introduziu alterações “com a ajuda de excelentes artistas cujo trabalho ele próprio supervisionou”. (p.109)

O “belo” trabalho do arquiteto Gaspar, do escultor Leandro Braga, do pintor Francisco Vilaça e, principalmente, do mestre Columbano Bordalo Pinheiro são relevantes não deixando o autor de mencionar também as “belas pinturas de artistas estrangeiros de renome.” (PESSOA, 2007, p 109)

“Bela” escadaria de mármore italiano, corrimão “ricamente” decorado ou outros elementos de requinte são descritos como tendo tido a intervenção do “timbre da nobre família dos Marquesses da Foz” que para além do bom gosto teria certamente proventos que lhe permitiam mandar executar peças como o corrimão que o autor descreve como tendo custado 9 000 libras e que é “um espécime mais sumptuoso que o do Castelo de Chantilly, dos Duques de Aumale, que é tido como o mais belo do mundo”. (p. 109)

Não fica por aqui a descrição e o autor continua realçando tudo o que lhe merece ser de assinalar como a sala de baile “um belo trabalho de Leandro

Braga” e que teve como modelo inspirador uma sala do Palácio de Queluz.

Não quer o autor que nada fique esquecido aos olhos do turista e tomado o papel de cicerone perfeito continua dizendo “uma das coisas em que se deve reparar é a opulência dos candelabros de cristal que iluminam as várias salas deste edifício” (ibid, p.111) e termina a descrição das vantagens que estão ao dispor do turista neste clube como o facto de estar bem situado no centro da cidade ou possuir uma magnífica sala de jantar deixando para último a menção que faz ao facto de ter sido instalado no edifício um recetor de rádio, luxo supremo dos tempos modernos.

A menção a locais de diversão estende-se ao Coliseu dos Recreios que o autor classifica como sendo um dos maiores teatros de circo da Europa. (p.65)

O *Guia de Portugal* menciona de forma genérica os clubes de recreio da cidade: “Os clubes em que se refe o escol da sociedade elegante são os seguintes; Grémio Literário, R. Ivens, 37. - Clube Tauromáquico Portugal, R. Ivens, 72, 1º - Turf-Club, R. de Garrett, 74, 1 - Clube Brasileiro, Avenida da Liberdade, 27, 1º - Dancings e casas de Jogo: Monumental Clube, R. de Eugénio dos Santos, 58. - Clube dos Restauradores (Maxim's), P dos Restauradores, 43, 1º Ritz-Clube, idem, 27. - Regaleira-Clube, L. de S. Domingos, 14. – Clube dos Patos, L. do Picadeiro, 1º - Palais-Royal, Avenida da Liberdade, 3.” (PROENÇA, 2006, p.172)

Quanto ao desporto, no princípio do século estava na sua melhor forma, tinha alcançado nos últimos anos em Portugal e especialmente em Lisboa, um grande desenvolvimento e a sua prática era um sinal de distinção. O número de sociedades desportivas, campos de jogos, etc., era considerável.

No *Guia de Portugal* são descritos os principais: Aeronáutica, automobilismo, boxe, ciclismo, esgrima, futebol, jogo de pau, patinagem, *scouting*, tauromaquia, tiro, tiro aos pombos, enquanto Fernando Pessoa no seu texto destaca a futura construção de um grande estádio e o papel do Jockey Clube.

No que diz respeito ao comércio na capital, as ruas da baixa são dignas de nota e Fernando Pessoa compara-as às parisienses, cidade de onde vinha muito do *glamour* que as elites tanto apreciavam.

«Do lado Norte da praça, perpendiculares ao rio, há três avenidas paralelas; a do meio parte de um magnífico arco triunfal de grandes dimensões, indubitavelmente um dos maiores da Europa [...] Da praça do Comércio podemos avançar para o centro da cidade por qualquer das três ruas que dali seguem para Norte – Rua do Ouro à esquerda, Rua Augusta (a do arco) ao meio, e Rua da Prata à direita Escolhamos a Rua do Ouro, que, devido à sua importância comercial, é a principal rua da cidade. Há nesta rua vários bancos, restaurantes, e lojas de todas as espécies; muitas das lojas, especialmente para o cimo da artéria, costumam ser consideradas tão luxuosas como as suas congéneres parisienses.» (PESSOA, 2007, p.37)

As ruas de Lisboa são também descritas por Fernando Pessoa com minúcia dando importância ao detalhe, não deixando, também, de referir o que está projetado para os locais:

«A Avenida termina na Praça Marquês de Pombal, também chamada Rotunda. Foi este o local escolhido para erigir o monumento ao grande estadista português. A primeira pedra foi lançada pelo rei D. Luís em 8 de Maio de 1882, no centenário da morte do Marquês; o próprio monumento, que está a ser erguido, é um projecto do architecto Adães Bermudes e de António Couto, com escultura de Francisco dos Santos. Irá ter 36 metros de altura, dominando cinco largas avenidas que convergem para este local. Os alicerces assentam numa base rochosa com a profundidade de 18 metros. O monumento, de acordo com o projecto, representará o grande estadista, no seu pedestal de glória, contemplando a sua formidável obra – a reconstrução de Lisboa depois do grande terramoto, a substituição da escravidão pelo Trabalho e pelo Estudo – e representará também os principais colaboradores do Marquês neste grande empreendimento: José de Seabra, Luís da Cunha, o Conde de Lippe, Luís António Verney, o Dr. Ribeiro Sanches, Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Machado de Castro. Aí serão também gravadas numerosas inscrições descrevendo os actos principais do grande reformador. A base do monumento será de granito, o embasamento e colunas de mármore de cor e bronze e dourado, as estátuas e baixos relevos de bronze fundido, a estátua de Lisboa de mármore branco, assim como também os troféus, as águias e o suporte do grupo terminal, as inscrições serão de bronze dourado, sendo de bronze fundido o grupo que completa o próprio monumento.

Deste local partem grandes avenidas, prolongando-se até aos mais modernos bairros da cidade. Foi aqui que acamparam, desde as primeiras horas do dia 3 até à manhã de 5 de Outubro de 1910, as tropas que, sob o comando do Almirante Machado dos Santos, derrubaram a Monarquia e proclamaram a República.» (PESSOA, 2007, p. 45)

O guia apresenta uma nota de introdução para esclarecer como era o Chiado e passa a descrever: «O Chiado actual tem alguns bons estabelecimentos, como a ourivesaria *Leitão*, cujos trabalhos artísticos honraram o país; o café da *Brasileira*, onde se reúnem jornalistas, literatos e artistas; as pastelarias *Marques, Benard, Garrett*, com os seus chás elegantes; uma magnífica loja de floricultura; livrarias, casas de modas, etc. Conservam-se ainda no Chiado dois clubes de tradições aristocráticas: o *Turf Clube* e o *Clube Tauromáquico*. [...] Ao fim do Chiado um dos mais importantes estabelecimentos comerciais de Lisboa, os grandes Armazéns do Chiado.»

Conclusão

O turista é o intermediário entre dois mundos, o seu, que traz consigo e, o outro, aquele que visita. Fernando Pessoa constituir-se-á também como intermediário entre duas culturas: a portuguesa e a inglesa com o olhar de um homem profundamente marcado pela influência de ambas e ao mesmo tempo sensível à dor de um país, Portugal, que via humilhado e desconhecido.

A profissão que viria a tomar – tradutor, revelar-se-ia fundamental, também ela, para superar este sentimento e adotar uma atitude didática com o fim de tirar Portugal do esquecimento.

Primordiais são também a tradução e o ato de traduzir para a comunicação. Fernando Pessoa usou esse lado prático para a comunicação com o estrangeiro, com o turista que visitava Lisboa e a quem Fernando Pessoa teria mostrado o que o turista “deve ver”.

Pretendeu ainda este trabalho analisar o olhar que Fernando Pessoa dedicou a Lisboa, a Portugal e aos portugueses, muito influenciado pela profissão de tradutor e pelos contactos que ela lhe proporcionou. Uma profissão que lhe permitiu compreender a importância das relações comerciais entre os povos e o interesse do turismo no desenvolvimento dos países.

Fernando Pessoa, ao contrário do que lhe é habitual, não deixou, que se saiba, qualquer indicação para a publicação do texto *Lisbon: What the Tourist Should See*. Entre várias hipóteses plausíveis que se poderiam encontrar para justificar o facto, menciona-se a de considerarmos tratar-se apenas de um texto que tenha escrito para lhe servir de guião quando, eventualmente, tivesse de acompanhar os clientes estrangeiros que visitavam as casas comerciais onde trabalhava.

Bibliografia

Bibliografia ativa

PESSOA, Fernando. *Lisboa: O que o Turista Deve Ver/ What the Tourist Should See*, Apresentação de Teresa Rita Lopes e tradução do inglês de Amélia Gomes, 4ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 2007.

..... Cartas Ed. Richard Zenith, Assírio e Alvim, Mem Martins, 2007

PROENÇA, Raul. *Guia de Portugal, Lisboa e arredores*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 2006.

Bibliografia passiva

BAPTISTA, Maria Rosa Pereira. *Pessoa Tradutor*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990. (Tese de Mestrado)

BARRENTO, João. *A Mão Esquerda de Orpheu*, Revista Colóquio Letras. Ensaio nº 145/146, p 249-263, Jul.,1997.

Disponível em:

http://coloquio.gulbenkian.pt/grafica/cl/revistas/145/lg_145_p249.jpg

[Consultado em: 14-06-2012]

BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental*, Temas e Debates, 3ª ed., Lisboa, 2002.

RÉCHON, Robert. *Estranho Estrangeiro: Uma biografia de Fernando Pessoa*, Quetzal, Lisboa, 1996.

BROCH, Herman. *Création littéraire et connaissance*, Galimard, Mesnil-sur-l'Estrée, 2007.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*, Editorial Teorema, Lda, tradução: José Colaço Barreiro, Lisboa, 1990.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira, pref. *A Formosa Lusitania: Portugal em 1873*, Lady Jackson, trad. Camilo Castelo Branco, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2007.

CUNHA, Licínio. *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios, Fluxos e Riscos*, Revista de Estudos Sociais, Universidade Lusófona, Lisboa, 2010.

Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2516>

[consultado em: 15-1-2013]

DAVI, Fazzolari. *Olhares sobre Lisboa, Livro do Desassossego e O que o Turista deve ver*, São Paulo, 2006, Orientadora Professora Doutora Maria Helena Nery Garcez, (Tese Mestrado)

Disponível em:

<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8150%2Ftde-24082007>

[145007%2Fpublico%2FTESE_DAVI_FAZZOLARI.pdf&ei=JXvVUsSOBsqqoQW91IHYDA&usg=AFQjCNHDr3bb54SbwUufJXiRC2rqe6i3bw&bvm=bv.59378465.d.d2k](http://www.145007%2Fpublico%2FTESE_DAVI_FAZZOLARI.pdf&ei=JXvVUsSOBsqqoQW91IHYDA&usg=AFQjCNHDr3bb54SbwUufJXiRC2rqe6i3bw&bvm=bv.59378465.d.d2k)

[consultado em: 14-6-2012]

DURÃO, Maria do Rosário Frade. *Tradução Científica e Técnica: proposta para a Formação de tradutores Pluricompetentes Especializados na Produção de Documentação Científica e Técnica do inglês para o Português*, Universidade Aberta, Lisboa, 2007, (Tese Doutoramento) Orientador: Prof. Doutor Carlos Castilho Pais,

Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/776/1/LC415.pdf>

[consultado em: 18-6-2012]

ECO, Umberto, *Dizer Quase a Mesma Coisa: Sobre a Tradução*, Difel, Miraflores, 2005.

FERREIRA, António Mega. *O Comércio e a Publicidade*, Cinevoz/Lusomedia, Lisboa, 1986.

....., António Mega. *Fazer pela Vida, Um Retrato de Fernando Pessoa, o Empreendedor*, Assírio e Alvim, Odivelas, 2005.

FIGUEIREDO, Santos, *Turismo Mosaico de sonhos: incursões sociológicas pela cultura turística*, Colibri, Lisboa, 2005.

FRANÇA, José Augusto. *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX (1910-1990)*. 3ª edição actualizada, Livros Horizonte Lisboa, 1991.

....., *O Modernismo na Arte Portuguesa*, ICALP, Lisboa, 1991.

GRIFFIN, Jonathan. *Reflexões dum tradutor sobre os problemas da versão literária*, Revista Colóquio Letras, 1981

Disponível em:

http://coloquio.gulbenkian.pt/grafica/cl/revistas/66lg_66_p21.jpg

[consultado em 14-06-2012]

JENNINGS; H. D., *Os Dois Exílios: Fernando Pessoa na África do Sul*,

Fundação Eng. António de Almeida, Centro de Estudos Pessoaanos, Vila Nova de Gaia, 1984.

JÚDICE, Nuno. *A Era de “ORPHEU”*, Teorema, Lisboa, 1986.

LAYE, Françoise. *O «Livro do Desassossego» de Fernando Pessoa ou o desassossego do tradutor*, *Revista Colóquio/Letras*. Notas e Comentários, n.º 155/156, p. 345-347, Jan. 2000.

Disponível em

WWW/URL:<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?author&author=LAYE,FRANCOISE>

[consultado em 14-6-2012]

LIMA, Conceição. *Manual de Teoria de Tradução*, Colibri, Lisboa, 2010.

LOPES, Teresa Rita, Coord. *Pessoa Inédito*, Livros Horizonte, Lisboa, 1993.

....., *Pessoa por Conhecer. Roteiro para uma Expedição*, Editorial Estampa, vol. I, Lisboa 1990(a).

....., *Pessoa por Conhecer. Texto para um Novo Mapa*, Editorial Estampa, vol. II, Lisboa, 1990 (b)

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, Circulo de Leitores Lisboa, 1988.

....., *Fernando Pessoa Rei da Nossa Baviera*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

LOUSADA, Maria Alexandre, (orient.cient.). *Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010.

MARTINS, Fernando Cabral, (Coord.). *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo*, editorial Caminho, Lisboa, 2008.

MEDEIROS, Luísa, *A Língua Portuguesa*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1997.

NEGREIROS, Almada. Graça Videira Lopes (Trad.). *Histoire du Portugal par coeur*, Paris, 1919.

Disponível/emhttp://www.fcsh.unl.pt/docentes/gvideiralopes/index_ficheiros/portugal_par_coeur.pdf

[consultado em 14-7-2012]

PAIS, Carlos Castilho. *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa: Antologia*

(séc. XV-XX), Prefácio Nuno Júdice, Universidade Aberta. Lisboa, 1997.

....., *Fernando Pessoa, Tradutor, 2010.*

disponível em:

<http://carloscastilhopais.files.wordpress.com/2010/09/microsoft-powerpoint-fernando-pessoa-tradutor.pdf>

[consultado em 7-7-2012]

....., “António Feliciano de Castilho, o Tradutor e a Teoria da Tradução”

Disponível em:

http://carloscastilhopais.files.wordpress.com/2010/01/microsoft-word-ant_363nio-feliciano-de-castilho-doc.pdf

[consultado em 13-8-2012]

....., “Noite e Dia na tradução dos poemas de B. Brecht”.

Disponível em:

<http://carloscastilhopais.files.wordpress.com/2010/01/noite-edia.pdf>

[consultado em: 13-8-2012]

....., “Para uma Crítica da Tradução” 2003.

Disponível em:

http://carloscastilhopais.files.wordpress.com/2010/01/microsoft-word-para-uma-cr_355tica-da-tradu_347_3430-doc.pdf

[consultado em: 13-8-2018]

PESSOA, Fernando. *Mensagem*, Apresentação Crítica e Linhas de Leitura de Silvina Rodrigues Lopes, 2 edição, Assírio e Alvim, Lisboa, 2010.

....., *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho, Horizonte, Edições Ática, Lisboa, 1985.

....., *Páginas de Doutrina Estética*, Selecção, Prefácio e Notas de Jorge de Sena, , 2ª edição, Editorial Inquérito, Lisboa, s/d.

....., *Correspondência: (1905 – 1922)*. Ed. de Manuela Parreira da Silva, Assírio e Alvim, Lisboa, 1998

PIEIDADE, Ana Nascimento. *Outra Margem*, INCM, Lisboa, 2008.

PINA, Paulo. *Portugal: o Turismo no Século XX*, Lucidus Publicações, Lisboa, 1988.

PINA, Paulo. "A Sociedade Propaganda de Portugal", comunicação ao III Congresso Nacional de Turismo, Póvoa de Varzim, 4-7 de Dezembro de 1986.

PINA, Paulo. *Cronologia essencial do turismo português - século 20*, DGT Porto

RAMOS, Rui (Dir.), José Mattoso. *História de Portugal: A segunda fundação*, (1890-1926), Vol. VI. Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

RICOEUR, Paul. *Sobre a Tradução*, Cotovia, Lisboa, 2005.

SARAIVA, Arnaldo. *Fernando Pessoa poeta-tradutor de Poetas – Os poemas traduzidos e o respectivo original*, Lello Editores, Porto, 1996.

SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*, Gradiva, Lisboa, 1996.

SEABRA, José Augusto. *A Pátria de Pessoa ou a Língua Mãe*, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Lisboa, 1985.

SENA, Jorge de. *Vinte e Sete Ensaio*s, Círculo de Leitores, Lisboa, 1989.

....., *Fernando Pessoa e Companhia Heterônima*. Edições 70, Lisboa, 1984.

SERRÃO, Joel, *Fernando Pessoa Cidadão do Imaginário*, Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, D. Quixote. Lisboa, 2010.

SOUSA, João Rui de, *Fernando Pessoa empregado de escritório*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2010.

STEINER, George. *Depois de Babel: Aspectos da Linguagem e Tradução*, Relógio D'Água, Tra. Miguel Serras Pereira, Lisboa, 2002.

SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, Editorial Novaera, Lisboa, 1978,

Anexos

L I S B O N

WHAT THE TOURIST SHOULD SEE

Over seven hills, which are as many points of observation whence the most magnificent panoramas may be enjoyed, the vast irregular and many-coloured mass of houses that constitute Lisbon is scattered.

For the traveller who comes in from the sea, Lisbon, even from afar, rises like a fair vision in a dream, clear-cut against a bright blue sky which the sun gladdens with its gold. And the domes, the monuments, the old castles jut up above the mass of houses, like far-off heralds of this delightful seat, of this blessed region.

The tourist's wonder begins when the ship approaches the bar, and, after passing the Bugio lighthouse - that little ~~XXXX~~ guardian-tower at the mouth of the river, built three centuries ago on the plan of Priar Joao ~~XXXXXXXX~~ Turriano -, the castled Tower of Belem appears, a magnificent specimen of sixteenth century military architecture, in the romanic-gothic-moorish style (v. page). As the ship moves forward, the river grows more narrow, soon to widen again, forming one of the largest natural ~~is~~ harbours in the world, with ample anchorage for the greatest of fleets. Then, on the left, the masses of houses cluster brightly over the hills. That is Lisbon.

Landing
~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ is easy and quick enough; it is effected at a point of the bank where means of transport abound. A carriage, a motor-car, or even a common electric tram, will carry the stranger in a few minutes right to the centre of the city. On the wharf every facility awaits him, for the ~~officials~~ ^{officials} he finds there ~~is~~ invariably ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ polite and ready to give him every indication he may require, whether he address the customs officials or those of the port ~~is~~ or immigration police.

Outside the Customs building there is a small police-station which comes in very useful, as it ~~XXXX~~ controls the portage of luggage, to avoid the abuses which, but for that, would be inevitable anywhere in such circumstances. This station sends luggage to any part of the city and takes upon itself the responsibility for the delivery. The officials are fully competent and speak several languages.

We shall now ask the tourist to come with us. We will act as his cicerone and go over the capital with him, pointing out to him the monuments, the gardens, the more remarkable buildings, the museums - all that is in any way worth seeing in this marvellous Lisbon. After his luggage has been handed to a



Going from here along Rua Eugenio dos Santos, we shall see, facing Rua do Jardim do Regedor, the Monumental Club, and a little further on, also on our right, the palatial building where the Sociedade de Geographia (Geographical Society) is installed since 1897. This Society was founded in 1875 by Luciano ~~XXXXXXXXXX~~ Cordeiro, and has played a highly patriotic rôle, promoting lectures, congresses, exhibitions, national ~~XXXXXXXXXX~~ commemorations, scientific expeditions, etc. We find there an interesting colonial and ethnographical museum, which comprises naval relics, models of galleons and national and African boats, busts and other sculptures, armour, arrows and other native ~~XXXX~~ weapons, flags and banners of military expeditions, oil paintings by famous hands, manuscripts, engravings, Indian furniture, historic furniture, wild animal skins, specimens of fibre textiles and of such like stuffs, products of Angola, Moçambique, Macau, Timor, etc., such as coffee, rubber, timber, and so on, native idols, teeth of animals, skulls, birds, models of the typical costumes of the Portuguese provinces, globes, sarcophagi, and a thousand other curious things which fill the vestibule, the staircases of the three floors, three large and ~~XXXX~~ four smaller rooms, and two orders of galleries which go round the Sala Portugal (Portugal Hall), which is the largest of all, having an area of 790 square metres. This museum is open to the public on Sundays, from 11 a.m. to 4 p.m., but with special authority it may be ~~XXXXXXXXXX~~ visited on week-days.

Empfe.

The same large ~~XXXX~~ building contains the Colyseu dos Recreios, one of the largest theatres and circuses in ~~the whole~~ *all* ~~the city~~. Almost in front of it is the Associação Commercial de Lisboa (Lisbon Chamber of Commerce) in a building of its own, formerly the property of the Palace Club.

Our car now crosses Rossio again, goes up Rua do Carmo, Rua Garrett (better known as Chiado), and turning at Rua Ivens, stops at the end of this, in the square which contains the old Convent of São Francisco da Cidade, founded in 1217, ~~xxx~~ where the National Library, the Art School and the Museum of Contemporary Art are now installed, as also the Governo Civil, which, however, has its front in Rua Capello.

The Escola de Bellas Artes (Art School), on the first floor, was opened in 1857, and its teaching covers drawing, painting, sculpture, engraving, architecture, etc. Some artists, Columbano, Carlos Reis, Salgado and Luciano Freire - have their studios there.

The National Museum of Contemporary Art contains fine paintings/dating from 1850 onwards. There are canvases by Christiano da Silva, Bordallo Pinheiro, Miguel Angelo Lupi, Thomaz J. da Annuniação, Alfredo de Andrade, Visconde de Menezes, Antonio Manuel da Fonseca, José Rodrigues, Francisco Metrass, Assis Rodrigues, Victor Bastos, Simões de Almeida, Alfredo Keil, Moreira Rato, Silva Porto, Bonnat, Antonio Ramalho, Alberto Besnard, Sousa Pinto, Angel, José Malhoa, Paul Laurens, Roll Condeixa, Carlos Reis, Trigo, Salgado, ~~XXXX~~ João Vaz, Arthur Loureiro,



página do texto Lisbon-What the Tourist Shoul See, folha 136-36